

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

Instituto de Ciências da Natureza

Curso de Geografia - Bacharelado

Leandro Henrique Cunha Fermino

**FORMAÇÃO TERRITORIAL E POVOAMENTO DE POUSO ALEGRE NO
PERÍODO DO MEIO NATURAL**

Alfenas/MG

2023

Leandro Henrique Cunha Fermino

**FORMAÇÃO TERRITORIAL E POVOAMENTO DE POUSO ALEGRE NO
PERÍODO DO MEIO NATURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Bacharel em Geografia pela
Universidade Federal de Alfenas.

Orientador: Prof. Dr. Gil Carlos Silveira
Porto

Alfenas/MG

2023

Banca Examinadora

Aprovada em: 27 de fevereiro de 2023

Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto (UNIFAL-MG) - Orientador

Prof (a). Dr^a Ana Rute do Vale (Unifal)

Ms^a. Letícia Leal (Professora da Rede Pública e Particular de São Paulo)

Epígrafe

É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudança no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito a cultura e como busca da liberdade.

(SANTOS, 2007, p. 18)

Dedico este trabalho a minha mãe, que mesmo com sua partida, contribuiu para minha formação no ensino superior.

AGRADECIMENTOS

No dia em que escrevo este agradecimento, paro e reflito toda a minha trajetória até aqui. Agradeço em especial, a minha mãe (que foi morar com Deus no início de 2019), a minha família (meu irmão Gustavo, vó Maria, vô Tião, tia Vanilda, tia Rosângela, tia Sandra, tia Ivete, tia Marlene, tia Ilma, tia Ivone, tio Diego, tio Cláudio e meus primos), a meus queridos amigos de Pouso Alegre (Lilian, Huigor, Gabriel e Mara) e também aos que fiz durante a graduação (Gustavo Marinho, Raissa Archanjo, Flávio Honorato, Igor Reis, Luiz Guilherme, Flavia Vieira, Thais Lemos, Amanda Santos, Nathália Sampaio e Waldecy Lopes) e a comunidade do Cidade Jardim em Pouso Alegre, pois foi ali que cresci e vivi os melhores momentos de minha vida.

A minha jornada na geografia se iniciou em 2019, onde um menino periférico vindo de uma realidade em que a falta de acesso à universidade ainda é gritante, passa a ver na educação uma forma de modificar a sua vida. Foi a partir da minha morada em Alfenas e do meu envolvimento com pesquisas que me apaixonei pela geografia histórica do meu município, do meu Sul de Minas, do meu estado e do meu Brasil. Dessa maneira, com muito carinho, agradeço ao meu orientador Gil Carlos Silveira Porto por contribuir com meu crescimento científico e profissional, que está em constante construção desde o início de nossa trajetória lá na disciplina de geografia da população em 2019 e da primeira iniciação científica iniciada 2020.

Agradeço aos meus outros orientadores (Rodrigo José Pisani, Flamarion Dutra Alves e Ana Rute do Vale) por me proporcionar um amadurecimento ainda maior da ciência geográfica.

Muito obrigado Unifal-MG por modificar a minha vida. Finalizo, agradecendo enormemente a PRACE (é pela contribuição do auxílio permanência e alimentação que chego neste momento), a Pró-reitoria de pesquisa e Pós Graduação (pelas 3 bolsas de iniciação científica conquistadas), aos que formam a geografia (Clibson Alves, Daniel Bando, Estevan Coca, Evânio Branquinho, Marcelo Latuf, Paulo Henrique de Souza, Ronaldo Mincato, Felipe Gomes Rubira, Cleide Lana Victor e Sandra de Castro de Azevedo) e aos demais profissionais terceirizados e servidores da Universidade Federal de Alfenas (Transporte, Extensão, Biblioteca, Limpeza, Manutenção, Secretarias, Segurança, Técnicos de TI e da Saúde, Lanchonete e Xerox), pois vocês trabalham cada dia mais para uma educação pública de alta qualidade, numa instituição de pesquisa, ensino e extensão, que também oferece vários serviços públicos para seus alunos.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir o processo de povoamento e constituição territorial do município de Pouso Alegre no período entre 1747 e 1831. Com relação à metodologia, usou-se de livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, sites e artigos para fazer uma recomposição geográfica e histórica do Brasil, da capitania de Minas Gerais, da comarca do Rio das Mortes e da unidade territorial aqui estudada. Os resultados obtidos demonstraram que a constituição territorial e o povoamento do então Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu (1747) e da Freguesia do Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre (1811) foi influenciado por eventos como, o processo de interiorização do Brasil (final do séc. XVII), a busca e a exploração de jazidas de pedras preciosas em Minas Gerais (final do séc. XVII e início do XVIII), a vinda da corte portuguesa (1808), a elevação a reino (1815), e a conquista da independência (1822), que refletiu sobre a constituição do território e o seu desenvolvimento populacional no meio natural. Conclui-se que, a formação territorial do município foi reflexo dos processos de modificações políticas e econômicas da formação socioespacial brasileira.

Palavras-chave: Formação socioespacial; Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu; Freguesia do Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre; Comarca do Rio das Mortes.

ABSTRACT

This research aims to discuss the process of settlement and territorial constitution of the municipality of Pouso Alegre in the period between 1747 and 1831. With regard to methodology, books, doctoral theses, master's dissertation, websites and articles were used to make a geographical and historical recomposition of Brazil, the captaincy of Minas Gerais, the region of Rio das Mortes and the territorial unit studied here. The results showed that the territorial constitution and settlement of the then Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu (1747) and the Parish of Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre (1811) was influenced by events such as the process of interiorization of Brazil (end of the 17th century), the search for and exploitation of deposits of precious stones (end of the 17th and beginning of the 18th centuries), the arrival of the Portuguese court (1808), elevation to kingdom (1815), and the conquest of independence (1822), which reflected on the constitution of the territory and its population development in the natural environment. It is concluded that the territorial formation of the municipality was a reflection of the processes of political and economic modifications of the socio-spatial formation.

Keywords: Socio-spatial training; Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu; Parish of Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre; District of Rio das Mortes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização do município de Pouso Alegre.	15
Figura 2. Os quatro brasis retratados por Milton Santos e Maria Laura Silveira.	17
Figura 3. Mapa da expansão marítima de Portugal dentro América, África e Ásia no século XVI.	33
Figura 4. Mapa da divisão política administrativa do Brasil em capitanias hereditárias.	34
Figura 5. Pintura ilustrativa da Guerra dos Emboabas em 1708.	36
Figura 6. A delimitação espacial do Brasil em 1749.	37
Figura 7. Mapa da capitania de Minas Geraes, 1793.	38
Figura 8. Vetorização do Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas em 1778.	39
Figura 9. Divisão da Capitania de Minas Gerais em partes por José Castro.	40
Figura 10. Representação dos principais rios e as principais vilas da Comarca do Rio das Mortes.	42
Figura 11. População total, livre e escrava de Minas Gerais em 1742, 1776, 1786 e 1808.	57
Figura 12. Rendimentos total da capitania de Minas Gerais no período entre 1700 e 1820.	59
Figura 13. População escrava (%) por Comarca de Minas Gerais — 1723-49.	60
Figura 14. Hierarquia política das Comarcas do Brasil.	62
Figura 15. Exportação de mercadorias pela Comarca de Rio das Mortes — 1802 1811.	64
Figura 16. Mapa do início do povoamento da comarca do Rio das Mortes.	66
Figura 17. Mapa dos Caminhos de Minas Gerais no século XVIII.	67
Figura 18. Senador do Império Cônego José Bento Ferreira de Melo.	69
Figura 19. Mapa da Vila de Campanha entre 1810 e 1830.	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. O conceito de Formação Econômica Social para Marx, Lênin e o conceito de Formação Socioespacial para Santos.....	24
Quadro 2. Representa a quantidade de Cidades e Vilas criadas no Brasil no século XVI.	46
Quadro 3. Representa a quantidade de Cidades e Vilas criadas no Brasil no século XVII.	47
Quadro 4. Quantidade de Cidades e Vilas criadas no Brasil até 1720.....	47
Quadro 5. Acontecimentos que marcaram a formação socioespacial brasileira de 1789 a 1813.....	52
Quadro 6. Fundação de Vilas e Termos em Minas Gerais no século XVIII.....	56
Quadro 7. Elevação a Vila na Comarca do Rio das Mortes (1699-1814).....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População total do Brasil no período entre 1776 e 1810	51
Tabela 2. População total da Comarca do Rio das Mortes entre 1776 e 1808.	63
Tabela 3. Comarca do rio das mortes (1821): comparação entre população livre e população escrava.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. A população brasileira no final do século XVIII.....	50
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNIFAL-MG Universidade Federal de Alfenas

F. E. S. Formação Econômica Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. OS CONCEITOS/CATEGORIAS NORTEADORES DA PESQUISA	19
2.1 Formação Socioespacial	19
2.2 Espaço Geográfico	25
2.3 Uso do território.....	29
3. DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE POUSO ALEGRE	32
3.1 A formação socioespacial brasileira e a formação da capitania de minas gerais	32
3.2 A formação da Comarca do Rio das Mortes e a formação de Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu	41
4. O CRESCIMENTO POPULACIONAL E TERRITORIAL DE POUSO ALEGRE COMO PARTE DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA	44
4.1 Brasil.....	44
4.2 Capitania de Minas Gerais.....	55
4.3 Comarca do Rio das Mortes	61
4.4 Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

1. INTRODUÇÃO

O Brasil em sua construção socioespacial se ancora nas vertentes da dinâmica populacional (natalidade, migração e mortalidade), impulsionada por eventos políticos e econômicos, para se desenvolver nacionalmente e localmente. A colonização iniciada por Portugal no século XVI é o que marca o início de um intenso processo de povoamento (PRADO JUNIOR, 2004; COSTA; SCARLATO, 2009; MATOS 2011).

Com isso, há uma necessidade de se voltar no tempo e compreender o povoamento do Brasil, de Minas Gerais, da Comarca do Rio das Mortes e de Pouso Alegre, objeto de estudo desta pesquisa, pois a constituição territorial local é dialética com a formação socioespacial brasileira e o mundo, ou seja, é reflexo. As conjunturas espaciais do passado condicionam a fixação dos sistemas de objetos e sistema de ações da atualidade no município.

Dessa maneira, em 2021, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Pouso Alegre possuía um PIB per capita de R \$58.312,84, sua área total estimada é de 542,797 km². Já o montante populacional totaliza cerca de 154.293 habitantes, constituindo um índice de desenvolvimento humano de 0,744. O município está localizado na unidade federativa de Minas Gerais e faz parte da mesorregião do sul/sudoeste do estado, como a figura 1 ilustra.

Figura 1. Mapa de localização do município de Pouso Alegre.



A escolha de Pouso Alegre como objeto de estudo, vem ancorado na importância regional da cidade dentro de sua mesorregião, e na falta de pesquisas em geografia histórica, que discuta o processo de povoamento a partir de eventos mundiais e nacionais sobre o município e o Sul de Minas. Por isso, o objetivo central desta pesquisa foi analisar o processo de conglomeração e constituição territorial no período entre 1747 e 1831.

Com relação à metodologia, dividiu-se em 3 etapas, que foi desenvolvida de acordo com a organização dos capítulos. A primeira etapa consistiu na consulta teórica dos conceitos de formação socioespacial, espaço geográfico e uso do território, baseando-se em Santos (1978; 1988; 2000; 2008; 2009), Santos e Silveira (2003), Sereni (2013) e Leal (2022). No caso da segunda, pesquisou-se da formação do Brasil até a formação territorial de Pouso Alegre, em obras de geógrafos e historiadores.

O processo laboral de terceira parte, consistiu em ser o mais difícil, tendo em vista a falta de dados populacionais da colônia, de Minas Gerais, da Comarca, e de Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu. Entretanto, buscou-se informações em teses de doutorados, dissertações de mestrado, artigos e sites, para fazer uma recomposição do desenvolvimento territorial e populacional do Brasil, de Minas Gerais, da Comarca do Rio das Mortes, e da unidade territorial de Pouso Alegre.

Para caracterizar a utilização do território neste momento estudado, usou-se da periodização de Santos e Silveira (2003), que é composta pelo meio natural, meio técnico, meio técnico científico e meio técnico científico informacional.

Caracterizando esta proposta, o meio-natural (pré-técnico), para os autores possui características próprias, como todos os outros métodos. Nele não se encontra um enriquecimento das técnicas, elas são muito empobrecidas e vulneráveis. Nesse período, por mais de toda a acomodação humana, a natureza indiretamente ou/e diretamente comandava as ações dos indivíduos. Já o meio-técnico é formado pelo aprofundamento das ações humanas sobre a natureza, assim, a dinamicidade entre os lugares começa a se intensificar para desenvolver a formação de um conglomerado populacional. As técnicas nesse processo consistem em contemplar as necessidades desenvolvimentistas locais e mundiais.

O meio-técnico-científico e o meio-técnico-científico-informacional, são configurados a partir do adentramento da técnica, da ciência e da informação sobre uma determinada localidade. Pensar nestes períodos como único, após a evolução científica, que foi impulsionada a partir da Segunda Guerra Mundial, representa uma falha de análise, já que não há um momento de ruptura entre estes períodos.

No meio-técnico-científico-informacional a informação é a contribuinte para a ida das técnicas e dos descobrimentos científicos para o mundo, porém, reitera-se que por mais que seja global, a incorporação dentro de uma formação socioespacial específica se dará de acordo com os fatores internos. pois a técnica não só é incorporada localmente, mas também mundialmente, em razão de se ter elementos polarizadores, como a utilização das rodovias, por exemplo.

A chegada do meio técnico científico informacional em um país não é de forma parecida, o Brasil consiste em ser um exemplo disso. Neste período, Santos e Silveira (2003) dividem regionalmente o país em quatro, sendo: Amazônia, Centro-Oeste, Concentrada e Nordeste. Conforme a figura 2 ilustra:

Figura 2. Os quatro brasis retratados por Milton Santos e Maria Laura Silveira



Na figura 2, observa-se a divisão regional partindo da inserção dos meios tecnológicos e científicos dentro do Brasil. A área regional concentrada elenca os estados pertencentes ao Sul (Paraná, Rio Grande do Sul) e ao Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo) do Brasil.

Segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira esta área concentra as tecnologias, as técnicas, a ciência e a informação, em consequência disso será a região com maior concentração industrial, demográfica e econômica do país. Já a Amazônia que contempla a região norte (Amazonas, Acre, Pará, Rondônia, Amapá e Roraima), possui dificuldade de junção das técnicas em seu espaço e com densidade demográfica baixa.

Região Centro-Oeste que contempla os estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins. Essa região é diferente da divisão feita pelo IBGE, pois inclui o último estado citado. Ela dispõe das exigências da área concentrada, tendo uma agricultura tecnológica, moderna e competitiva. No caso do Nordeste (Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas, Sergipe, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí) o seu desenvolvimento se prende a herança territorial do passado (espaço das rugosidades), consequentemente resiste ao meio técnico-científico-informacional.

Utilizou-se desta proposta de periodização para compreender a utilização do território de Pouso Alegre no período entre 1747, que é o início do povoado, até 1831, em sua elevação política a Vila. O presente trabalho foi organizado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais

No segundo capítulo, discorre-se sobre os conceitos de *formação socioespacial*, *espaço geográfico e uso do território*. Já no terceiro se faz um apanhado dos movimentos históricos que impulsionaram da formação socioespacial do Brasil a formação da unidade territorial estudada. Por fim, no quarto, discorre-se sobre o crescimento populacional e territorial de Pouso Alegre como parte do Brasil.

2. OS CONCEITOS/CATEGORIAS NORTEADORES DA PESQUISA

O primeiro capítulo desta pesquisa tem como intuito retratar os conceitos/categorias de formação socioespacial, espaço geográfico e uso do território, que foram atualizados pelo professor Milton Santos. Para deixar compreensível para o leitor, divide esta parte em tópicos que retratarão de forma detalhada cada conceito/categoria.

2.1 Formação Socioespacial

Ao pensar na formação socioespacial torna-se necessário compreender o papel que tal categoria desempenha para a compreensão geográfica das formações socioespaciais, das formações províncias e das formações das unidades territoriais, que serão abarcadas no próximo capítulo.

Segundo Milton Santos (1977) a geografia vinha minimizando a consideração epistemológica do espaço, pois para ele, a desenvoltura conceitual deste conceito consiste em constituir diversos problemas, haja vista que alguns geógrafos consideravam que o espaço era um simples teatro das ações humanas. Essa análise possui um erro gigantesco, pois o espaço não se configura apenas nisso.

A ciência geográfica possui uma ampla definição no entorno deste conceito/categoria que irá ser discutido detalhadamente no próximo tópico. Para entender o conceito/categoria de formação socioespacial há uma necessidade de compreender que o espaço geográfico, “é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2009, p. 63).

Como um conjunto indissociável de “sistemas de objetos e sistemas de ações”. Interpreta-se que o espaço seria formado por concretudes e abstrações, dando um exemplo mais claro disso, formam o espaço a materialidade e a imaterialidade.

Formação Socioespacial, que é um conceito/categoria aplicado dentro da ciência geográfica, obteve sua base teórica sobre o conceito de Formação Econômica Social (F. E. S.) elaborado inicialmente por Marx e aplicado por Lenin, no intuito de contribuir para o entendimento da situação econômica e social da Rússia.

A noção de F. E. S. foi elaborada por Marx e Engels (Marx, 18 Brumaire, O Capital; Marx e Engels, L'Idéologia Allemande; Engels, On Social Relations in Russia, Anti-Dihring). Lênin retoma o tema utilizando-o para fins científicos e políticos em L'Impôt en espèces, Qui sont les amis du peuple, et

Le Développement du Capitalisme en Russie. Não se pode esquecer igualmente os estudos de Plékhanov, Nos désaccords, Chayanov, The Theory of Peasant Economy, Kautsky, La Question Agraire (SANTOS, 1977, p. 83).

Marx quando elaborou este conceito estava pensando em uma Formação Econômica Social específica, deste modo, a teoria se aplica apenas a um determinado país, ou seja, para entender as questões contidas dentro da F. E. S. da Rússia por Lênin, ou do Brasil, da Alemanha, dos EUA, entre outras nações.

Não é à “sociedade em geral” que o conceito de F.E.S. se refere, mas a uma sociedade dada, como Lênin (1897) fez a respeito do capitalismo na Rússia . Y. Goblot assinala (junho, 1967:8) que “ Marx pôde fundamentar o método científico em História precisamente porque soube isolar de início os raciocínios ‘histórico-filosóficos’ sobre a ‘sociedade em geral’ e se propôs a dar somente uma análise científica de uma sociedade e de um progresso” . Para Lênin seu estudo deveria cobrir de maneira “ concreta” “ todas as formas do antagonismo econômico na Rússia” e “ traçar um quadro de conjunto da nossa realidade como um sistema determinado de relações de produção” (SANTOS, 1977, p. 84).

O marxismo constitui um problema conceitual no ponto de vista da ciência geográfica, pois no momento de fundamentar tal conceito esqueceu de retratar a “indissociabilidade do sistema de objetos e sistema de ações”. Buscando respostas apenas para as configurações espaciais concretas de uma determinada Formação Econômica Social. Essas lacunas fizeram Milton Santos (1977) reformular o conceito ao trazer para a geografia, tendo uma mesma aplicabilidade com relação a escala, entretanto, compreendendo as relações de um modo distinto.

É importante enfatizar que a operacionalização conceitual no entorno de Marx e Lênin se dará de um modo diferente, pois eles veem de uma epistemologia que não era fundamentada na ciência geográfica, conforme já foi abordado acima. A primeira obra que Marx cita a F.E.S é “A Ideologia Alemã”, escrito por ele e Engels, em 1846, tendo o conceito um outro nome. Nesta primeira elaboração conceitual percebe-se um apanhado mais geral com relação àquele momento histórico global e uma retratação não tão clara, pois aparece como “forma de sociedade” e não como “Formação Econômica Social” (SERENI, 2013).

Num segundo momento, Sereni (2013, p. 303) aponta que Marx traz a formação econômica social para discussão dentro de outras obras, mas nada tão explicitamente como no caso do livro "Contribuição à Crítica da Economia Política", onde o termo aparece pela primeira como Formação Econômica Social. A expressão F. E. S. não era tão retratada por Marx até 1858, mas a partir de 1859 essa expressão passa a ser muito utilizada.

Por outro lado, o fato de que a passagem de uso entre um termo que indica estado a outro que indica ação expressa um aprofundamento da noção de “forma de sociedade” e não somente uma nova formulação de escrita, surge do mesmo contexto da passagem antes citada da Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política, onde, pela primeira vez, é empregado o termo *ökonomische Gesellschaftsformation*. Termo que poderia expressar-se, neste caso, com o costumeiro (e ambíguo) “formação econômico-social”, devendo-se ao invés traduzir obrigatoriamente por “(épocas progressivas) da formação econômica da sociedade” para significar, sem possibilidade de equívoco, que uma “formação econômico-social” expressa justamente, um processo, uma realidade dinâmica e não estática.

O posicionamento de Marx com relação a este conceito/categoria é que existe uma sociedade que se encontra diretamente em movimento e que ela não está totalmente estática, por isso passam a ser empregadas a partir de um descontentamento sobre a realidade que determinada Formação Econômica Social se encontra dentro do momento histórico que é proporcionado tal reivindicação.

Ainda de acordo com Emilio Sereni (2013), o movimento marxista comete um grande erro com relação à consideração do conceito de F.E.S em momentos de eventos de lutas que promovem uma rápida mudança.

Ao invés, tal análise nos pode e deve proporcionar elementos que adquirem uma grande importância como resultado de uma justa orientação para nossa pesquisa; porém, em nenhum caso, tais elementos podem substituir a própria pesquisa, dirigida sempre à obtenção de soluções de fundo sobre as questões levantadas. Considerações análogas são válidas, por outro lado, num plano geral, para outros debates e pesquisas sobre alguns dos mais importantes problemas historiográficos, como, por exemplo, o demonstram os resultados muito positivos registrados pela historiografia marxista nos anos do pós-guerra no estudo de períodos históricos determinados, compreendidos no âmbito de uma dada formação econômico-social. No entanto, parece-nos que originam resultados em conjunto muito menos satisfatórios ou, pelo menos, muito mais problemáticos no que se refere ao tratamento das fases de transição, da passagem de uma formação econômico-social para outra, das grandes crises revolucionárias que caracterizam tal passagem (p. 300).

Essa problemática na retratação conceitual e categórica por parte dos marxistas é algo que foi muito enfatizado por Sereni (2013), pois de acordo com ele os debatedores utilizam da Formação Econômica Social para entender momentos que não sofreram turbulência, esquecendo dos pós-guerras, que afeta arduamente a utilização do território. Alguns pesquisadores que aprofundam, estudam e utilizam do conceito aqui abarcado para se aprimorar sobre seu objeto de estudo, acabaram esquecendo de se aprofundar sobre as fragilidades deixadas após estes eventos.

Por este apontamento, ressalta-se que a condição da construção de Pouso Alegre é fruto de um momento de turbulência, que visa uma colonização sobre o território e lhe dá novos usos. Retratar o processo de formação territorial é o ponto primordial desta pesquisa, tendo em vista que os eventos/acontecimentos dentro da formação socioespacial

brasileira contribuirá para a construção da unidade territorial, e este processo é dialético, pois é refletido e condicionado.

O apanhado das condicionantes será abordado com maior profundidade no capítulo seguinte. A retratação da formação territorial aqui é dizer que o presente trabalho tem um intuito de tentar romper com essas fragilidades apontadas por Sereni (2013) do conceito/categoria de formação socioespacial.

Com os aprofundamentos dentro da obra de Sereni (2013) e Santos (1977), percebeu-se a utilização por ambos da expressão “forma” e “formação”. No caso do primeiro citado, entendeu-se que Marx as utilizava na intenção de discorrer sobre os problemas da Formação Econômica Social, que naquele momento por ele era estudada, já Milton, em tom de crítica, expõe as expressões para demonstrar que a preocupação dos pesquisadores da ciência geográfica era entender as coisas pela sua forma e não pela sua formação.

Segundo Sereni (2013), Marx utiliza da expressão “forma da sociedade”¹, em um primeiro momento e a partir de sua obra de 1858 passa a se referir como “formação da sociedade”², atrelando a uma evolução conceitual. A mudança na utilização do conceito se dará pelo sentido que cada um apresenta, haja visto que a primeira nomenclatura remete a algo monótono, sem mudanças, e a outra a uma dinamicidade, onde o espaço está sendo transformado a todo momento.

Ao contrário, o uso comum, em suas duas acepções, do termo Gesellschaftsformation, prova-nos como, em Marx, a noção de “formação social” – inclusive quando é tomada como critério de uma determinada periodização historiográfica – é sempre entendida no sentido dinâmico e não estático; como um processo, em suma, e não como a substância (por assim dizer) de uma época ou de uma fase histórica em si mesma imóvel e acabada. (p.304).

Milton Santos (1977) aponta que há uma necessidade de se estudar o espaço geográfico a partir de sua formação e não pela sua forma já cristalizada. Isso é um grande problema dentro da ciência geográfica como um todo, tendo em vista a importância de se compreender os processos históricos já que ele desencadeia as configurações espaciais do tempo presente.

Esta consideração sobre a ciência geográfica é uma realidade dentro dos escritos que estão dentro da geografia. Nos parágrafos anteriores foi discutido sobre a evolução

¹ Sereni (2013) afirma que Marx utilizou esta definição de 1846 a 1857.

² Sereni (2013) afirma que o conceito passa a ser utilizado já na obra de 1858.

do conceito/categoria de Formação Econômica Social e Formação Socioespacial. Dentro da linha de evolução epistemológica de Marx é importante retratar o papel de Lênin dentro da aplicação dessa teoria para compreender a conjuntura econômica e social da União Soviética, mas ao mesmo tempo, Milton Santos diz que Lênin deixou passar algumas interpretações frente a aplicação do conceito enquanto categoria de análise.

Vários autores consideram que devemos a Sereni a reabilitação da categoria. Para Lábica (1974:95), este esforço representaria uma verdadeira “higiene teórica”, enquanto Glucksmann (1974:56) põe em relevo a distinção, feita por Sereni, entre modo de produção e formação social, contrariamente ao marxismo da 2.^a Internacional e de Plekhanov, que ele critica por confundir os dois conceitos. Segundo Texier (1974: 79-80), Sereni nos ofereceu uma interpretação F.E.S. que teria escapado ao próprio Lênin. (SANTOS, 1977, p. 83)

Marx em sua obra “Rascunhos da Carta de Vera Sassulitch de 1881” (2005) faz um apontamento importante frente a questão política da Rússia, para ele, o próprio estado russo é o maior incentivador do adentramento do capitalismo sobre a Formação Econômica Social Russa (SERENE, 2013). Alguns anos após suas considerações, Lênin busca compreender a situação social e econômica. A utilização do conceito de Formação Econômica Social foi essencial para compreender as configurações do país, tendo como intuito retomar a discussão e contribuir para o entendimento científico e político do país. Ao abordar o conceito é escrito algumas obras, como *L’impôt en espèce, Qui sont les amis du peuple, et Le Développement du Capitalisme en Russie*, Plekhanov, *Nos désaccords*, Chayanov, *The Theory of Peasant Economy*, Kautsky, *La Question Agraire* (SANTOS, 1977).

De acordo com Leal (2021) Lênin será o responsável por apontar a necessidade de incluir o espaço nas análises frente a uma Formação Econômica Social específica, dentro de um determinado momento histórico.

Lênin participou deste processo de desenvolvimento conceitual e foi responsável pela sistematização da formação social, apontando para a necessidade de incluir o espaço nas análises da totalidade da história e do desenvolvimento de uma sociedade temporalmente determinada (p. 35)

Com todas as colocações aqui abordadas, é nítido que a aplicação da categoria/conceito de F. E. S. consiste em ser particular de uma dada formação, pois as nações possuem momentos históricos diversos. Sendo assim, com as colocações feitas, a formação econômica social será utilizada para compreender períodos históricos de um dado país. Conforme descreve Santos (1977):

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução (1977, p.84).

O conceito de Formação socioespacial nasce no intuito de romper com algumas lacunas do entendimento entre as particularidades do local e as configurações globais, daí a aplicação a uma dada nação em específico. De acordo com Santos (1977), “a noção de Formação Económica e Social é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada” (p.86). Dessa forma, o concreto constitui papel primordial na compreensão desse método.

Milton Santos (1977) quando escreve sobre o conceito de formação socioespacial também enfatiza a importância de compreendê-lo em um período histórico determinado:

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução (p.84).

Pode-se pensar que a formação sócio-econômica entra sobre a produção técnica científica. Interessante citar que ela só se torna concretizada em um espaço a partir de algo historicamente consolidado, com isso as formas espaciais seriam uma vertente configurada dentro deste ponto para a ciência geográfica.

Afirma-se também que as aplicações entre o espaço e a formação social possuem uma outra ordem, já que para ele:

Espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço (SANTOS, p. 85).

Dessa maneira, a localidade constitui em cada momento histórico uma questão particular, que é proveniente dali, pois algo que advém de uma técnica global já encontra um movimento compactado e se molda de acordo com as necessidades provenientes dali. Entretanto, este movimento não é algo que na prática se torna igualitário. Com isso, o território já consolidado passará por atribuições de um movimento mundial, que por si só se impõe mudanças nas utilizações territoriais existentes dos fragmentos concretizados, sendo assim, “as determinações sociais” se enquadram sobre este todo.

Para tornar mais compreensível a linha teórica do conceito de Formação Econômica Social e Formação Socioespacial traz o quadro 1 no intuito de resumir as visões dos três autores (Karl Marx, Lênin e Milton Santos).

Quadro 1. O conceito de Formação Econômica Social para Marx, Lênin e o conceito de Formação Socioespacial para Santos.

Karl Marx	É o idealizador do conceito de Formação Econômica Social. Inicia a discussão e a fundamenta para ser considerada enquanto categoria de análise.
Lênin	Utiliza do conceito enquanto categoria de análise para buscar compreender a situação econômica e social da União Soviética com o intuito de reformular as configurações espaciais.
Milton Santos	Traz o conceito para a epistemologia geográfica e o reformula considerando o espaço. A aplicação do conceito enquanto categoria se dará de modo semelhante, tendo em vista que também irá ser retratado em escala nacional.

FONTE: SANTOS, (1977). Org: Leandro Henrique Cunha Fermino

Ao retratar a conceitualização da Formação Econômica Social e da Formação Socioespacial, percebe-se que os conceitos possuem pontos semelhantes, como a escala de aplicação, mas, para cada autor ele se aplica de um certo modo. Marx ao formular sua teoria considera os aspectos que estão na epistemologia da sociologia. Já Lênin, inicia a inclusão do espaço em sua análise, mas o seu aprofundamento é diferente, não é geográfico. O conceito elaborado por Marx e aplicado por Lênin quando tratados por Milton passam a considerar o espaço como principal objeto de estudo, por isso, a próxima teoria retratada é o conceito de espaço geográfico.

2.2 Espaço geográfico

Neste subcapítulo será abordado a conceitualização do conceito de espaço geográfico a partir de Milton Santos. Passando por quatro obras dele em ordem cronológica, são elas: Por uma geografia Nova (1978), Espaço e Método (1985), Metamorfose do Espaço Habitado (1988) e A Natureza do Espaço (1996). Escolheu-se esses quatro livros pois são grandes trabalhos que visam discutir o principal objeto de estudo da ciência geográfica, que é o espaço.

Inicia-se a presente discussão pela obra Por uma Geografia Nova, onde sua primeira edição foi publicada em 1978. Esta obra que aqui está sendo discutida é um clássico para a geografia crítica, tendo em vista que propõem uma nova visão.

Quando propagamos uma nova geografia, isso pode, à primeira vista, parecer uma enorme pretensão, como se nos dispuséssemos a inventar o novo. A verdade, porém, é que tudo está sujeito à lei do movimento e da renovação, inclusive as ciências. O novo não se inventa, descobre-se (SANTOS, 2008. p. 17 e 18).

Santos (2008), ao desenvolver essa nova vertente para o conceito de espaço geográfico enfatiza que sua teoria está aberta a críticas e sugestões. Essa renovação da ciência geográfica se faz necessária, haja vista que beneficia a própria ciência e abre para pesquisas com novos olhares na perspectiva do território usado pelos sistemas de objetos e ações (SANTOS, 2008).

Na primeira parte, ao fazer um apanhado epistemológico histórico da geografia, Santos (2008) vai abarcar o principal conceito que estava em discussão naquele momento, que é o de região, no intuito de questionar as linhas científicas das escolas do pensamento geográfico e ao falar da falência da geografia clássica, ele enfatiza o problema de autores considerarem as “construções humanas” como resultante apenas de um grupo humano e seu meio geográfico.

A geografia com sua bagagem conceitual tem se preocupado muito com a escolha de um objeto enquanto ciência, mas por conta de sua interdisciplinaridade o debate até o momento da escrita do livro tinha tido muitos problemas. Por isso, a consideração do espaço enquanto este objeto é algo que vai de encontro com a legitimação das multifaces que a geografia possui.

Em realidade, para ter sucesso é, antes de tudo, preciso partir do próprio objeto de nossa disciplina, o espaço, tal como ele se apresenta, como um produto histórico, e não das disciplinas julgadas capazes de apresentar elementos para sua adequada interpretação (SANTOS, 2008, p. 141).

Milton Santos (2008, p. 140) diz também que a geografia, “foi a que mais se atrasou na definição do seu objeto e passou, mesmo, a negligenciar completamente esse problema”. A afirmação acima feita pelo autor, demonstra a problemática epistemológica da definição de um objeto de estudo claro que atendesse todos os campos da ciência, desde a geografia humana até a geografia física.

Definir o conceito de espaço geográfico necessita-se de um certo cuidado, pois para Milton Santos (2008, p. 151) a teorização deste conceito “é um processo árduo, porque a sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social”. Reconstituir está fala induz a uma interpretação de que ao estudar o espaço torna-se indispensável a sua assimilação junto a um determinado momento histórico em específico, por isso, ao voltar no tempo para reconstituir determinadas espacialidades o geógrafo precisa entender que as configurações espaciais são outras, ou seja, a composição dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações serão outros.

Portanto, neste livro, Milton Santos (2008) define que o espaço geográfico é,

Um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (p. 153).

Já no livro “Espaço e Método” (1985, p. 12), complementa dizendo que considera o espaço geográfico como “uma instância da sociedade, ao mesmo tempo que a instância econômica e instância cultural-ideológica”. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida”.

Entende-se que o primeiro entendimento do Milton Santos sobre o conceito de espaço geográfico, é que ele consiste em ser composto por elementos. Sendo assim, a pergunta que fica é: O que seria um elemento? Para Santos (1985, p. 16) os elementos do espaço seriam “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas”. A sociedade está em constante transformação e junto dela o espaço também, haja visto que o espaço é influenciado pela dinamicidade das pessoas entre as formações socioespaciais, as províncias e as unidades territoriais, deste modo, o espaço geográfico é totalmente condicionado por quem os utiliza. Importante ressaltar que o conceito de espaço geográfico sofre por mudanças dentro das obras do professor Milton Santos, pois a construção de seu pensamento/posicionamento é ponderada para um momento específico em que escreve cada livro.

Ainda de acordo com Santos (1985, p. 18): “sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções, a totalidade da movimentação cria uma nova organização espacial”. Desse modo, o espaço possui uma contradição que o cerca e, faz com que mude constantemente se adaptando aos processos que geralmente ocorrem pela produção, a qual é a principal transformante da organização social.

A nitidez desta formação estrutural se aproxima pela concretude exposta ao espaço, levando-se em consideração a história que é dirigida pelos meios de produção, ou seja, os periódicos são ditados pelos meios capitalistas, logo que gera novas organizações sociais. Por fim é exposto a transformação ocorrida na paisagem, a qual é constituída pelo passado e presente, haja visto que as questões do passado irão influenciar diretamente no presente, deste modo, o espaço é uma transformação constante desde os periódicos até a contemporaneidade.

No caso, a totalidade com sua teorização ampla interfere no aprofundamento do estado primário do espaço para entender suas configurações, uma vez que a fragmentação do estudo em estrutura, processo, forma e função, torna-se desnecessário pois a teórica que cerca estes conceitos juntos são importantes para a formação do espaço, ou seja, estes estudos constitui uma abordagem conjunta, que seja realizada ao mesmo tempo; de maneira simultânea (Santos, 1985)

As categorias de estudo (estrutura, função, forma e processo) são inseparáveis, pois as mesmas instruem o conhecimento da organização social. Mediante o exposto no tópico “A durabilidade das formas e seu impacto sobre o movimento social”, conclui-se que, parte da forma, analisada de modo horizontal, a busca em entender as estruturas e funções dada naquele local, haja visto que é importante também a compreensão da leitura vertical, pois, irá datar da origem e explicar as acumulações ocorridas ao longo do tempo.

Fica evidente que a abordagem da transição histórica é de grande importância para a pesquisa dos assuntos atuais e do passado nas cidades, tendo em vista que a inserção da função e das estruturas em determinada localidade, terá suas explicações pela forma em que foi originado.

O espaço geográfico e seus elementos começam a ser desconsiderados por Milton Santos na obra “Metamorfose do espaço habitado” (2008), neste livro o espaço para ser considerado como um conjunto indissociável de objetos e a vida que o preenche, ou seja, é constituído por configurações materiais e a imateriais.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (p.28)

Com os apontamentos de Santos (2008, p. 78) pode-se entender que o espaço é constituído pela matéria que o homem desenvolve (materialidade) e pelas relações (imaterialidade) que ali ocorrem, deste modo, é importante considerar então que “O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais”.

Dentro do feito há uma definição muito importante da diferença entre o conceito de paisagem e espaço. Para ele (p. 67, 68 e 79), a paisagem é “tudo o que nós vemos, o que a visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formado não apenas de volume, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”. Já o espaço é o casamento da sociedade com a paisagem, desta forma, “o espaço contém o movimento”.

Para finalizar a discussão epistemológica do conceito/categoria de espaço geográfico do Milton Santos, utiliza-se do livro “A natureza do espaço”, onde sua primeira edição foi publicada em 1996, 8 anos após a publicação da penúltima obra que aqui foi abordada.

Segundo Milton Santos (2009, p. 63) “o espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”. Essa definição é genial, pois ela enfatiza que o espaço geográfico é formado pela materialidade e pela imaterialidade, em que não se pode dissociá-la, pois a dialética está ali presente e é indispensável considerar que os arranjos espaciais são específicos de cada momento da história.

O intuito principal deste subcapítulo foi trazer a teoria de espaço geográfico, chamando a atenção para a sua definição em ordem cronológica do pensamento do Milton Santos (1978; 1985; 1988; 1996). A retratação deste conceito é o que os ajudará a entender a ideia de território usado enquanto sinônimo de espaço geográfico, que foi teorizado por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2003) e será abordado no próximo tópico.

2.3 Uso do território/território usado

O conceito/categoria de território usado foi abordado por Milton Santos e Maria Laura Silveira na obra “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”, sendo sua primeira edição publicada no ano de 2003 e a discussão da teoria está na primeira parte do livro, intitulada “O TERRITÓRIO BRASILEIRO: UM ESFORÇO DE ANÁLISE”.

No primeiro momento, Santos e Silveira (2003, p. 19) retratam a dificuldade que tem sido para eles compreenderem a diferença entre o conceito de espaço e território.

A linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço. E a palavra extensão, tantas vezes utilizadas por geógrafos franceses (*étendue*), não raro se instala o vocabulário, aumentando as ambiguidades. Uma discussão nos meios geográficos se preocupa em indicar a precedência entre essas entidades. Isso se dá em função da acepção atribuída a cada um dos vocábulos. Para uns, o território viria antes do espaço; para outros, o contrário é que é verdadeiro (André-Louis Sanguin; 1977; Claude Raffestin, 1980, 1993).

Partindo disso, entende-se que há uma necessidade de compreender o que o conceito de território representa para a ciência geográfica, uma vez que a definição gira de que o território geralmente é a extensão apropriada e usada, sendo assim, o termo representa um sentido de nome político para um determinado país.

Segundo Santos e Silveira (2003) a categoria de uso do território e espaço geográfico podem ser considerados enquanto sinônimos, e complementa, que o espaço não se desenvolve sem o território ser utilizado.

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma resposta totalmente empiricizável, segue daí o enriquecimento da teoria (p.20).

Com este apontamento se entende que o uso do território é por aspectos materiais e imateriais, pois os homens e as mulheres desempenham relações sobre os seus meios. Este debate teórico tem causado grandes movimentações dentro da academia e do pensamento geográfico sobre a epistemologia deixada pelo professor Milton Santos.

Ao pensar na utilização do território enfatiza-se que é preciso considerar cada momento dentro da história, pois o uso se dá de forma única e que este território pode ser de diferentes jeitos por grupos sociais, um exemplo disso é o espanto³ que os portugueses tiveram com o uso do território pelos povos nativos.

Entretanto uma periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais. Mas a evolução que se busca é a dos contextos, e assim, as variáveis escolhidas são trabalhadas no interior de uma situação (M. Santos, 1996; M. L. Silveira, 1999) que é sempre datada. Interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças (Santos e Silveira, 2003).

Para Milton Santos e Maria L. Silveira (2003, p. 21) o território usado também pode ser configurado, como:

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a dominação sistemas de engenharias, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que justamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (M. Santos, 1987; Silveira, 1997).

Dessa maneira, o território usado é definido pela implementação de infraestruturas que se conectam dentro da nova função que o espaço geográfico passa a ter a partir desses

³ Na carta que o navegador Pedro Álvares Cabral fez ao rei de Portugal relatou espanto com relação a utilização do território pelos povos nativos brasileiros. Os aspectos culturais eram diferentes dos de Portugal.

condicionantes globais que são reflexo de um sistema mundial que adentra dentro de cada formação socioespacial de um jeito.

3. DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE POUSO ALEGRE

O presente capítulo irá retratar os eventos/acontecimentos que marcaram a formação socioespacial brasileira, a formação da província de Minas Gerais e a formação da unidade territorial. Por isso o divide em duas partes, sendo a primeira “A formação socioespacial brasileira e a formação da província de Minas Gerais” e a segunda “A formação da Comarca do Rio das Mortes e a formação da freguesia do Senhor Bom Jesus dos Mártires do Pouso Alegre”.

3.1. A formação socioespacial brasileira e a formação da capitania de Minas Gerais

No primeiro momento é importante compreender o contexto que o mundo estava vivendo naquele momento de início das “expansões marítimas” no século XV, conforme a figura 1 ilustra, no caso de Portugal. De acordo com Caio Prado Júnior (1994; 2009) o interesse econômico por parte da Europa é o evento/acontecimento que vai iniciar a colonização na América:

A expansão marítima dos países da Europa, depois do séc. XV, expansão de que o descobrimento e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu, que até o séc. XIV é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem. Como se sabe, a grande rota comercial do mundo europeu que sai do esfacelamento do Império do Ocidente é a que liga por terra o mediterrâneo ao mar do Norte, desde as repúblicas italianas, através dos Alpes, os cantões suíços, os grandes empórios do Reno, até o estuário do rio onde estão as cidades flamengas. No séc XVI, mercê de uma verdadeira revolução na arte de navegar e nos meios de transporte por mar, outra rota ligará aqueles dois pólos do comércio europeu: será a marítima que contorna o continente pelo estreito de Gibraltar. Rota que, subsidiária a princípio, substituirá afinal a primitiva no grande lugar que ela ocupava. O primeiro reflexo desta transformação, a princípio imperceptível, mas que se revelará profunda e revolucionária todo o equilíbrio europeu, por onde passava a antiga rota, para aqueles que formaram a sua fachada oceânica: a Holanda, a Inglaterra, a Normandia, e Bretanha e a Península Ibérica (2009, p. 19).

Figura 3. Mapa da expansão marítima de Portugal dentro América, África e Ásia no século XVI.



Assim, entende-se que a formação socioespacial brasileira foi impulsionada pela busca de relações comerciais da colônia portuguesa com formações socioespaciais presentes onde hoje se localiza a Ásia. Esse movimento de procura é o que marca a entrada de Portugal e inicia a colonização da Formação socioespacial brasileira (JÚNIOR, 2009).

Este processo de colonização⁴ no Brasil se inicia a partir do século XVI, com a instauração de tropas portuguesas no litoral brasileiro. Inicialmente para facilitar a exploração das que ali foram encontradas em dividir-se o Brasil em 15 capitanias, são elas: Maranhão (lote 1), Maranhão (lote 2), Ceará, Rio Grande, Itamaracá, Pernambuco, Baía de Todos os Santos, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, São Tomé, São Vicente, Santo Amaro e Santana, conforma a figura 1 ilustra.

⁴ A colonização pode ser definida como a conquista de território por uma sociedade determinada (LEAL, 2022).

Figura 4. Mapa da divisão política administrativa do Brasil em capitânicas hereditárias.



FONTE: Jorge Paulo Cintra, 2013.

Para Anjos (2012) os europeus consideram que os trópicos eram um mundo sem fronteiras estabelecidas, haja visto as incorporações e as imposições e as imposições.

Os trópicos eram vistos pelos povos europeus como um “mundo sem fronteira definida” que poderia lhe oferecer um conjunto de produtos que não existiam no seu continente e esta estratégia justificavam os conflitos para a ampliação do poder e, representava sobretudo um estímulo à política mercantilista, ao desenvolvimento do capitalismo comercial, ao fortalecimento do Estado e às estratégias de subjugar e inferiorizar as culturas da África, Ásia e o Novo Mundo (p. 336).

No caso da formação da capitania de Minas é importante enfatizar que eventos provindos de uma escala mundial influenciam na entrada da colônia portuguesa. O fato era que Espanha com sua colônia no então “Novo Mundo” detecta prósperas jazidas, fazendo dela a monarquia mais influente da Europa no século XVII. Portugal, com dificuldade de prosperar, pela falência de quase todas as suas capitânicas devido aos conflitos dentro do seu território. Aproveita o momento de fragilidade da colônia

espanhola e coloniza determinadas regiões no intuito de diversificar sua atividade econômica, pois a exploração de regiões auríferas era a maior fonte de enriquecimento da época (ANJOS, 2014).

Esta contextualização possui uma integração da ideia principal retratada por Milton, haja vista que a circulação da técnica é global, mas a sua incorporação ao uso do território consiste em ser em momentos diferentes e ser moldado de acordo com as necessidades dos homens e mulheres que o usam.

Com todos os apontamentos, chega-se à conclusão de que estes eventos proporcionaram a colonização portuguesa sobre o território mineiro. As condições globais e os reflexos socioespaciais projetaram a entrada dos bandeirantes na província. O processo de formação de Minas Gerais deu-se a partir da descoberta de minas de ouro contidas sobre a província, este acontecimento gerou a instauração do período do meio natural na capitania (LEAL, 2022).

De acordo com Leal (2022) o ciclo do ouro e a descoberta de diamantes trouxe alguns conflitos provinciais para a colônia portuguesa:

A intensificação da extração do ouro e o encontro de diamantes promoveu uma série de consequências para o território recém formado. Os conflitos territoriais foram as primeiras consequências do encontro das jazidas, pois os representantes das capitanias da Bahia, São Paulo e Goiás passaram a reivindicar as terras auríferas (p. 65)

Essa descoberta de jazidas auríferas foi o marco inicial para proporcionar a Guerra dos Emboabas⁵ (1707-1709). O ocasionamento deste conflito foi gerado por conta da exploração do ouro pelas capitanias, haja visto que milhares de pessoas migraram de seus países e regiões para explorar o ouro, a figura 1 ilustra tal conflito.

⁵ De acordo o site Escola Educação (2018) o nome “Emboaba” era algo muito utilizado pelos indígenas para se referir a aves que tinham penas até aos pés. A expressão (emboaba) que foi utilizada na guerra tinha um intuito pejorativo, pois se referia aos forasteiros que utilizam botas.

Figura 5. Pintura ilustrativa da Guerra dos Emboabas em 1708.



FONTE: Site escola educação, 2018.

Ainda de acordo Leal (2022) foi a Guerra do Emboaba que proporcionou ainda mais a divisão política das capitanias. Para mostrar qual o resultado da guerra na divisão territorial das capitanias em 1709, traz-se a figura 2, que demonstrará a partir da representação cartográfica feita por Portugal em 1749, como o Brasil ficou.

A Guerra dos Emboabas foi resultado dos conflitos de paulistas com imigrantes nordestinos e portugueses. Tal guerra foi vencida pelos nordestinos e pelos portugueses, com o apoio da Coroa. A consequência dessa guerra foi o controle político sobre a região, a divisão da Capitania e o controle sobre caminhos e povoações (p. 65).

Figura 6. Mapa com a delimitação espacial do Brasil em 1749.



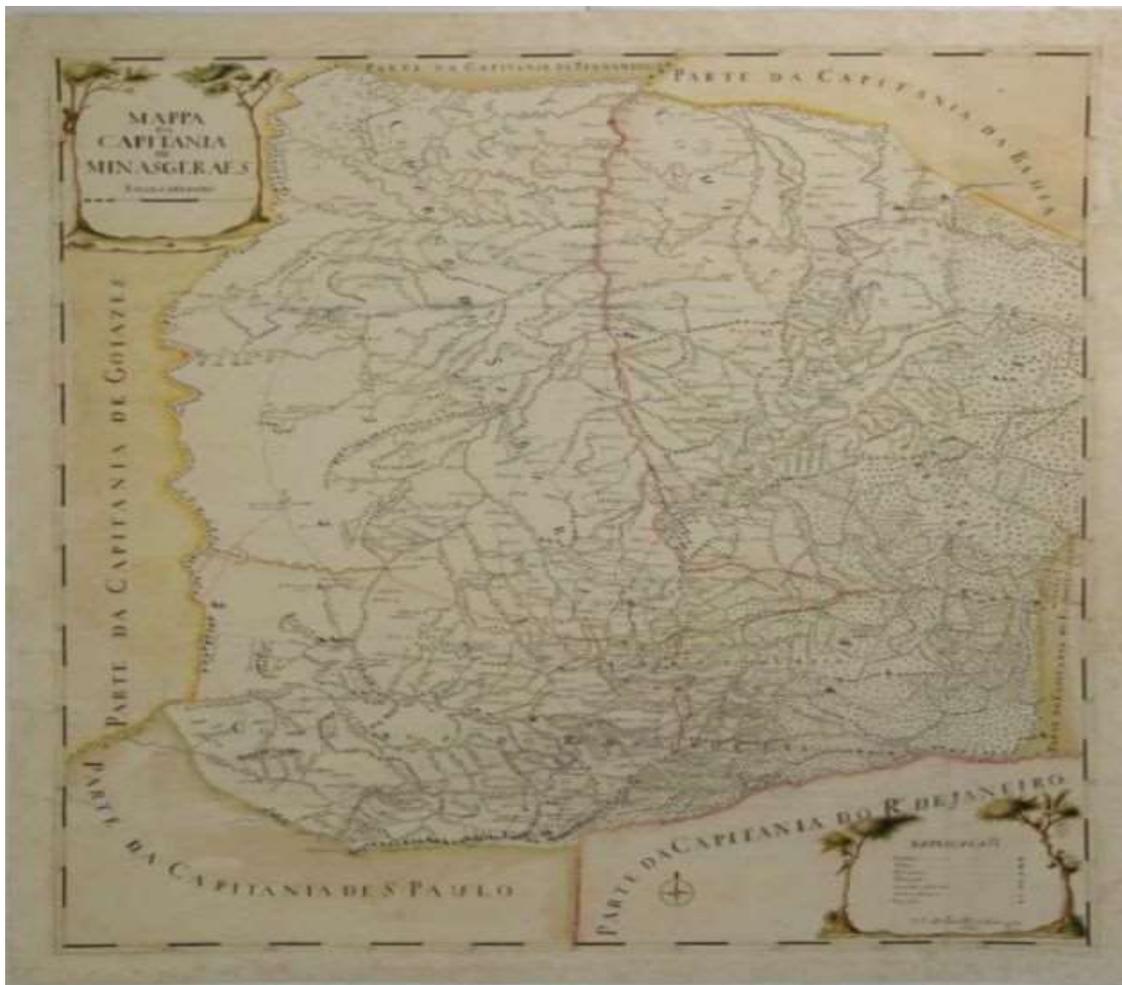
FONTE: Leticia Leal, 2022.

A rapidez do desenvolvimento populacional da província fluía rapidamente devido a exploração aurífera que se dava no território mineiro. Ocasionalmente ocasionando um problema de distribuição de produtos e mercadorias (LEAL, 2022). Com estes problemas buscavam soluções rápidas, como a solicitação de ordenamento, a divisão de trabalho e o enfrentamento do problema de abastecimento, por meio da organização do provimento de alimentos em forma regular de mercado de gêneros. (MATOS, 2019).

Para retratar a formação provincial de Minas, traz-se uma representação cartográfica que demonstra as demarcações fronteiriças com os estados de Bahia, Rio de

Janeiro, São Paulo e Goiás. A representação da figura 4. mostrará alguns aspectos naturais, como os afluentes e os rios.

Figura 7. Mapa da capitania de Minas Geraes, 1793.



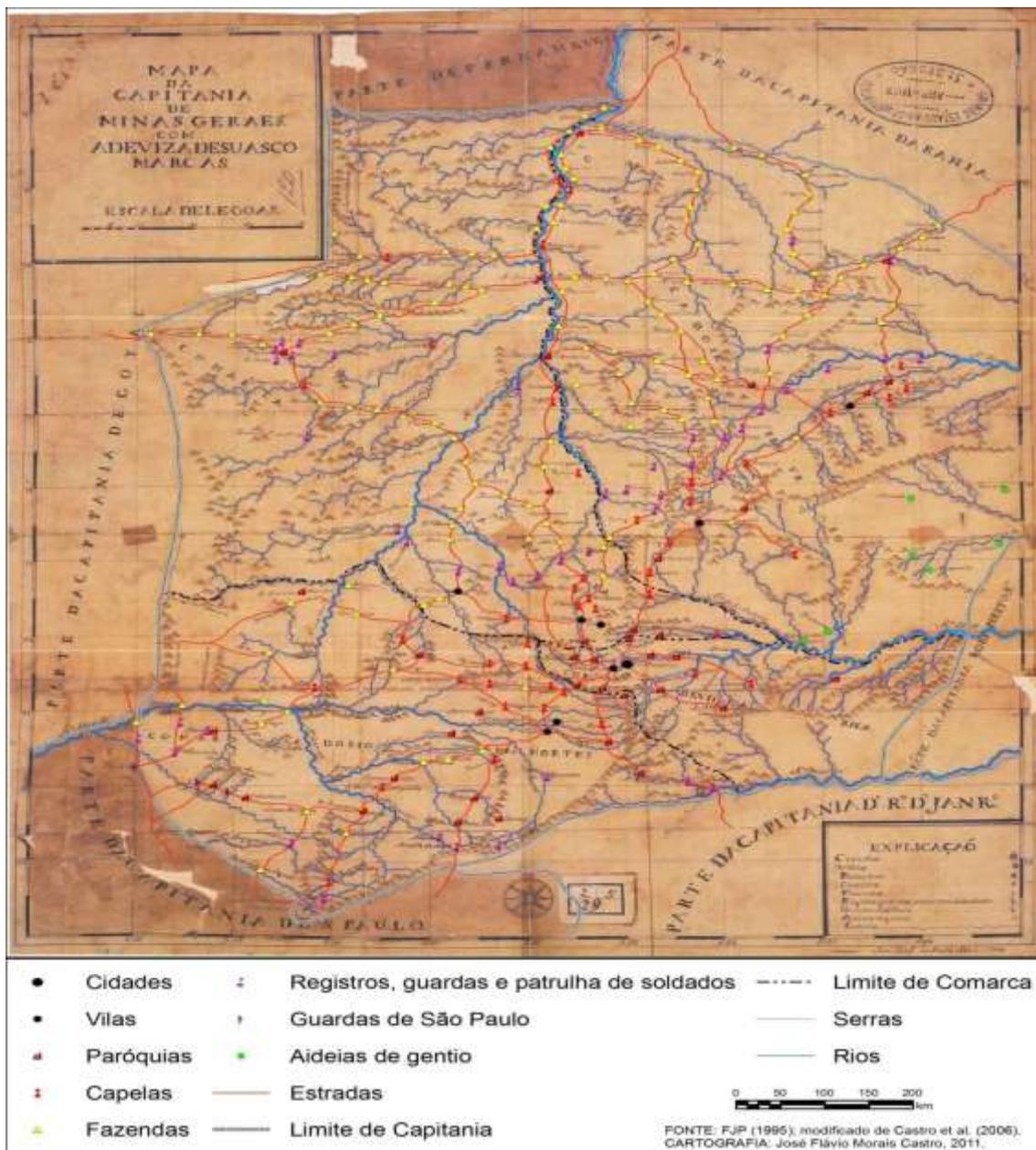
FONTE: Biblioteca pública Municipal de Porto, 1793.

Na representação cartográfica contida acima, pode-se observar as regiões da província. Minas Gerais possuía sua divisão regional em 4 comarcas, são elas: Comarca de Vila Rica, Comarca do Rio das Mortes, Comarca de Serro Frio e Comarca de Sabará (Rio das Velhas). A divisão político-administrativa foi resultante do adentramento dos paulistas pelo sertão de Casa da casca em 1693, resultando nas primeiras povoações dentro da capitania de Minas Gerais e a partir disso houve a necessidade de organizar essa divisão eclesiástica e administrativa (CASTRO, 2011).

É interessante entender também que as capitanias eram organizadas de um modo diferente das configurações políticas administrativa do Brasil na atualidade. Naquele

momento se tinha a colônia portuguesa (Brasil), as capitanias, as cidades, as vilas, as paróquias, as capelas, as fazendas, entre outros, conforme a figura 6 demonstra.

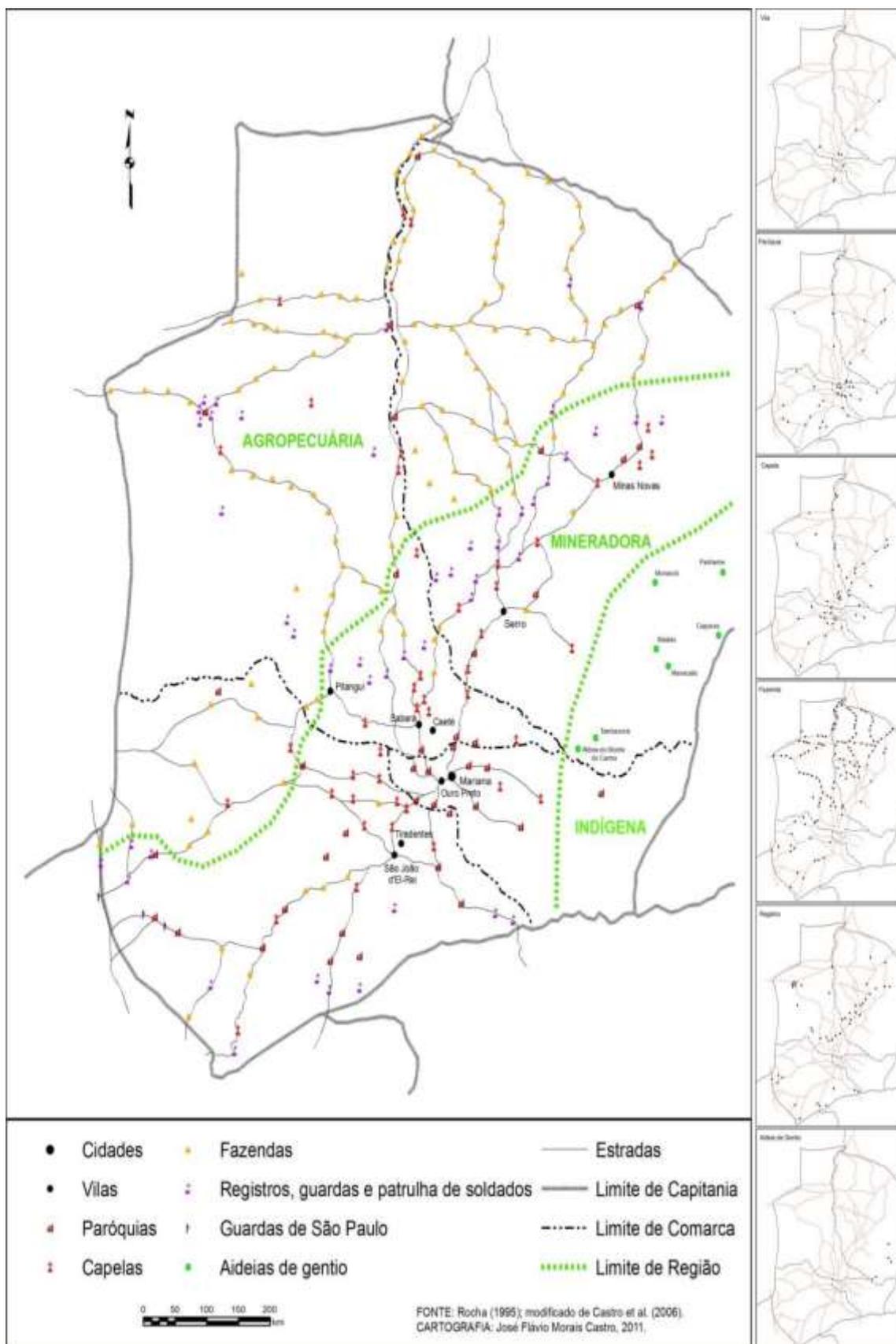
Figura 8. Vetorização do Mapa da Capitania de Minas Gerais com a divisa de suas comarcas em 1778.



FONTE: José Flávio Morais Castro, 2011.

Minas Gerais, em 1778, organizou-se como a representação demonstra acima. No caso de sua divisão econômica estava dividida em duas atividades: a agropecuária e a mineração, como a figura 7 retrata.

Figura 9. Divisão da Capitania de Minas Gerais em partes por José Castro.



FONTE: José Flávio Morais Castro, 2011.

Essa divisão econômica da capitania consiste em possuir uma relevância gigantesca para compreender como se deu a formação da comarca do rio das Mortes e a formação territorial do município de Pouso Alegre. Estes dois processos são reflexos da colonização dentro da província e serão discutidos aprofundadamente no próximo tópico.

3.2 A formação da Comarca do Rio das Mortes e a formação de Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu

Em 1530 o Brasil passa a possuir uma outra configuração espacial e está na diversificação do uso do território se dá pelo processo de colonização da coroa portuguesa. O adentramento de Portugal sobre o então Novo Mundo é um reflexo dos acontecimentos ocorridos na escala global, em que a prioridade é explorar as riquezas naturais que foram encontradas dentro das Américas.

Com estes acontecimentos, a colonização da comarca do Rio das Mortes, que corresponde hoje a mesorregião do sul/sudoeste de Minas Gerais, para Davi e Porto (2021) desenvolveu-se a partir de eventos econômicos e políticos, como o interesse em encontrar jazidas de pedras preciosas, pois a Espanha, monarquia vizinha, prosperou a partir das suas ricas regiões auríferas.

Porto e Davi (2021) enfatizam que a partir da colonização portuguesa sobre a província proporciona a diversificação do uso territorial, pois a presença de povos nativos da língua macro-jê e o processo de povoamento impulsionado pelos colonos, que muitos eram bandeirantes, acaba impulsionando tal fenômeno frente ao uso do território pelos homens e mulheres instaurados na porção sul da capitania de Minas Gerais.

Cronologicamente a colonização dos colonos sobre a unidade provincial iniciou-se a partir do final do século XVII, já o período de povoamento das vilas que compunham o sul de Minas a partir do séc. XVIII, tendo em vista os desbravamentos de algumas unidades territoriais como Aiuruoca (1706), Campanha (1737) e Baependi (1746).

Conforme retratado a, o papel dos rios e seus afluentes para a colonização da comarca do Rio das Mortes é essencial. As vilas se formam aos arredores do rio Sapucaí e seus afluentes, a figura 7 demonstra isso, pois as instalações de Campanha, Santana do Sapucaí, Jacuí, Cabo Verde e Ouro Fino são bem próximas ao curso da água.

Figura 10. Representação dos principais rios e as principais vilas da Comarca do Rio das Mortes.



FONTE: Almeida e Pereira, 2019.

Essas cidades são algumas das Vilas mais importantes da Comarca do Rio das Mortes. A unidade territorial de Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu, atual Pouso Alegre, localiza-se bem próximo do município de Silvanópolis, que corresponde a Santana do Sapucaí na representação acima. Importante ressaltar que o rio Sapucaí e o rio Grande foram os principais cursos hídricos que os colonizadores adentraram sobre a comarca do Rio das Mortes.

A entrada dos bandeirantes em Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu se dá pelo rio Mandu, que é afluente do rio Sapucaí e consiste em ser o principal curso hídrico do município e da comarca do Rio das Mortes. Pouso Alegre, com o seu processo de formação territorial no início do século XVIII, é condicionado por conta da exploração do alto do rio verde e do alto do rio Sapucaí (ANDRADE, 2013). Esse adentramento arrogante dos bandeirantes em busca de jazidas auríferas proporciona o início do processo de colonização da unidade territorial pelos bandeirantes paulistas⁶, mas o seu povoamento vem a ocorrer a partir de 1747, com a crescente chegada de migrantes.

⁶ Os bandeirantes paulistas foram os colonizadores responsáveis pelo processo de interiorização do Brasil nos séculos XVII e XVIII, com o intuito de achar prósperas jazidas de pedras preciosas. A partir deste fenômeno é que se dará a formação de muitas unidades territoriais brasileiras, como é o caso do município de Pouso Alegre. É importante pontuar também que este processo foi responsável por exterminar muitas comunidades, matando milhares de povos originários.

Na discussão que aqui foi proporcionada fica claro os eventos que condicionam e modelaram o Brasil, a capitania de Minas Gerais, a comarca do Rio das Mortes e Pouso Alegre. Importante reiterar que o fenômeno que cerca a formação do município estudado está totalmente ligada às práticas econômicas exploratórias por parte da coroa portuguesa, desta maneira, entende-se que a unidade territorial é um reflexo das imposições globais pela busca de jazidas auríferas no então território que já era utilizado.

4. O CRESCIMENTO POPULACIONAL E TERRITORIAL DE POUSO ALEGRE COMO PARTE DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA

Este capítulo abordará os processos populacionais do Brasil, da capitania de Minas Gerais, da Comarca do Rio das Mortes como condicionante da formação de Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu. Com isso, estrutura-se em 4 tópicos, sendo eles “Brasil”, “Minas Gerais”, “Comarca do Rio das Mortes” e “Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu”. Este modelo organizacional tem o intuito de mostrar ao leitor que o crescimento demográfico do município estudado é reflexo do processo demográfico que a formação socioespacial brasileira estava vivenciando.

4.1 Brasil

Neste primeiro tópico, analisa-se as dimensões do crescimento populacional do Brasil e como este movimento desencadeou o povoamento da formação socioespacial brasileira dentro do período do meio natural. Inicialmente é importante entender quais as vertentes que estão integradas dentro deste fenômeno e como isso influenciou para a construção econômica e social da colônia.

É a partir do nascimento, da migração e da mortalidade que os povoamentos vão se configurando na formação socioespacial brasileira. Para Damiani (2006) é a partir dessas variações da análise são moldadas,

Variações sutis, como dados sobre mortalidade diferencial - segundo a idade e a camada social ou profissional; mortalidade infantil; migrações internacionais e internas, permanentes e temporárias, etc. Tal detalhamento pode revelar mais profundamente os fenômenos considerados, esclarecer diferenciações sociais de sua incidência ou destacar suas variações em diferentes momentos. Por exemplo, o momento de predominância das migrações internacionais e aquele das migrações internas. (p. 28)

A análise frente a dinâmica populacional não se aproxima a um momento específico da história, mas sim a um conjunto de fatores que proporcionam tal fluxo, tal queda e tal estabilidade, desta maneira focar em uma década específica empobrece a linha de interpretação (DAMIANI, 2006).

Dentro do momento estudado se percebe que o povoamento da colônia foi direcionado pelos momentos econômicos que aconteciam nas capitanias. uma vez que, nos primeiros anos de colonização, com o tratado de Tordesilhas⁷, em que obteve o pau

⁷ O tratado de Tordesilhas se refere a um acordo entre Portugal e Espanha com relação à expansão territorial

Brasil como principal fonte exploratória de Portugal, a população se manteve concentrada em uma determinada região, e depois, com a transformação para uma organização agrária com o ciclo da cana de açúcar, as concentrações populacionais passaram a ter um outro desfecho (COSTA; SCARLATO, 2009).

De início a instalação das pessoas se darão por toda a faixa litorânea da colônia. Com isso, a população consiste em se conglomerar pelas capitânicas de Maranhão (lote 1 e lote 2), de Ceará, de Rio Grande, de Itamaracá, de Pernambuco, da Baía de Todos os Santos, de Ilhéus, de Porto Seguro, de Espírito Santo, de São Tomé, de São Vicente, de Santo Amaro e de Santana, conforme era organização política administrativa do Brasil naquele momento (COSTA; SCARLATO, 2009).

Para Gilberto Freyre (2006) o Brasil passou por momentos organizacionais complexos em seu processo de construção econômica social, onde inicialmente foi mercantil e depois passou para o agrícola.

Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical. Mudado em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portuguesa do fácil mercantil, para o agrícola; organizada a sociedade colonial sobre base mais sólidas e em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquela aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher Índia, incorporada assim a cultura econômica e social do invasor (p. 65).

Sob essa perspectiva, conclui-se que, a dimensão da concentração populacional sobre território colonial foi impulsionada por estes momentos econômicos. Sendo assim, o processo de construção das cidades e Vilas foi motivado por estes movimentos, ocasionando na instauração demográfica em um determinado local. “De acordo com Milton Santos (1994), em sua obra “A Urbanização Brasileira”, o Brasil no século XVI, possuía cerca de 18 vilas, como o quadro 1 demonstra, estando no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo” (COSTA; SCARLATO, 2009).

dos países dentro do então “Novo Mundo”. De acordo com a Biblioteca Nacional de Portugal, estabeleceu-se uma divisão territorial entre ambos os reinos, com a criação de um meridiano que dividia 370 léguas de Cabo Verde para a coroa portuguesa e o restante para a coroa de Castela (Espanha).

Quadro 2. Representa a quantidade Vilas criadas no Brasil no século XVI.

Capitanias	Quantidades
São Paulo	6
Bahia	4
Espírito Santo	2
Pernambuco	2
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	1
Sergipe	1

FONTE: Reis Filho, 1968, apud, Santos, 1994, apud Costa; 2009. Org: autor, 2022.

São Paulo era a que continha o maior número de vilas naquele momento, tendo 6, seguido da Bahia com 4, Espírito Santo e Pernambuco possuindo 2, e os outros com uma vila. No século XVII foram criadas mais 36 vilas, conforme aborda o quadro 3, sendo algumas acrescentadas as suas capitanias e outras criadas junto a elas. Porém, mesmo com a criação de outras vilas e cidades, as que constituirão uma maior densidade demográfica de 1500 a 1650 (150 anos) serão Salvador, Recife e Rio de Janeiro (MATOS, 2011).

Quadro 3. Representa a quantidade de Vilas criadas no Brasil no século XVII.

Capitanias	Quantidades
São Paulo	+10
Bahia	+5
Espírito Santo	+1
Pernambuco	+1
Rio de Janeiro	+6
Sergipe	+2
Para	4
Maranhão	2
Alagoas	3
Paraná	2
Santa Catarina	1

FONTE: Reis Filho, 1968, apud, Santos, 1994, apud Costa; 2009. Org: autor, 2022.

Como o quadro 3 demonstra, a capitania que mais teve um crescimento de vilas foi a de São Paulo, e que também teve a formação de outras, como a do Pará, Maranhão, Alagoas, Paraná e Santa Catarina. No início do século XVIII foram formadas novas vilas, como o quadro 4 mostra.

Quadro 4. Quantidade de Vilas criadas no Brasil até 1720.

Capitanias	Quantidades
Minas Gerais	8
São Paulo	+1
Bahia	+1
Pernambuco	+1
Maranhão	+1
Santa Catarina	+1
Piauí	1
Ceará	1

FONTE: Reis Filho, 1968, apud, Santos, 1994, apud Costa; 2009. Org: autor, 2022.

Interpretando as três tabelas que demonstram a criação de vilas e cidades no Brasil do século XVI a 1720, percebe-se que São Paulo, com 17, foi a que mais cresceu nesta vertente apontada, mas mesmo assim foi um baixo número, e isso está ancorado na conjuntura espacial, pois o Brasil era um país que possuía grande parte de seu povo morando no espaço rural. Em cada século houve o processo de formação territorial dentro de algumas capitânicas, por isso, é importante reiterar que as províncias que mais cresceram ao longo do tempo foram impulsionadas por eventos/acontecimentos econômicos, como a criação de gado e a exploração do ouro (LEAL, 2022).

O processo de interiorização do Brasil, que foi iniciado no século XVII, demonstra que o povoamento sobre a formação socioespacial brasileira foi induzido a partir do interesse econômico, por parte dos estrangeiros, junto a necessidade de mão de obra por parte da coroa portuguesa, que explorava os povos nativos e os povos africanos (FREYRE 2006). Este processo desencadeia diversos problemas sociais dentro da construção da formação socioespacial da colônia, sendo assim, o entendimento de como este processo exploratório influencia sobre o crescimento de povoados no território nacional é de suma importância.

Portugal, na colonização do Brasil utiliza do índio para adentrar no território usado, que até então não havia sido colonizado. Essa interação entre os portugueses e os povos nativos para Prado Júnior (2009) obteve um caráter totalmente aproveitador por parte da coroa.

Aqui no Brasil tratou-se desde o início de aproveitar o índio, não apenas para a obtenção dele, pelo tráfico mercantil, de produtos nativos, ou simplesmente como aliado, mas sim como elemento participante da colonização. Os colonos viam nele um trabalhador aproveitável; a metrópole, um provedor para a área imensa que tinha de ocupar, muito além de sua capacidade demográfica. Um terceiro fator entrará em jogo e vem complicar os dados dos problemas: as missões religiosas. Estas, e particularmente as do Jesuítas, que tanto pelo vulto que tomaram, como pela consciência e tenacidade que demonstram na luta por seus objetivos, se destacaram nitidamente nesta questão. As missões religiosas não intervêm como simples instrumentos da colonização, procurando abrir e preparar caminho para esta no seio da população indígena. Elas têm objetivos próprios: a propagação da fé, os interesses da Igreja ou das ordens respectivas, não importa; mas objetivos que, pelo menos nos métodos adotados pelos padres, forçados a isto pelas circunstâncias ou não, se afastam e até muitas das vezes contradizem os objetivos da colonização leiga. Não indagemos dos motivos que teve a Companhia de Jesus (fiquemos nela que mais interessa) ao adotar tais normas e condutas. Esta indagação nos levaria longe e sobretudo nos embrenharia numa disputa que não caberia suscitar aqui.

Não é só da população nativa que Portugal usou. O continente africano, com as expansões marítimas, também sofreu o processo de imposição frente ao seu uso do território dentro de suas respectivas formações socioespaciais. De acordo com Anjos

(2014), o Brasil foi o país que mais recebeu escravos dentro de seu processo de formação socioespacial do século XVI ao XIX.

O Brasil, por sua vez, apresenta uma posição particular neste contexto global por ser a unidade política contemporânea que registra na sua historiografia as maiores estatísticas de importação forçada de distintos contingentes populacionais africanos ao longo dos séculos XVI ao XIX. Neste sentido, se fazem necessário, interpretações mais apuradas dos deslocamentos das suas populações nos primórdios das suas formações e os resultados destes processos no espaço geográfico, ou seja, a busca de um melhor entendimento e representação das dinâmicas da diáspora (p. 333).

Com a colonização proporcionada por Portugal e outros países europeus, a diversificação cultural consiste em ser uma grande realidade do século XVI ao XIX, que é o momento estudado por este trabalho (MORAES, 2011). Dentro das pesquisas realizadas é nítido que a imigração forçada de escravos para a formação socioespacial brasileira, por parte da coroa portuguesa, consiste em compor as vertentes do crescimento demográfico e conseqüentemente do povoamento, tendo em vista que serão tragos forçadamente milhões de homens e mulheres.

Em relação a análise da coroa portuguesa frente a quantidade de pessoas em suas colônias, era algo que para eles não continha relevância, pois não era interessante fazer o levantamento geral da população, mas sim com dois propósitos, um no intuito do recrutamento militar e outro pelas paróquias, por isso, o registro demográfico dos primeiros séculos XVI, XVII, XVIII e os anos iniciais do XIX não foram publicados oficialmente. O primeiro recenseamento do Brasil foi o de 1872 (JUNIOR, 2019).

Caio Prado Júnior (2009) enfatiza que Portugal não tinha o intuito de conhecer a sua população, sendo assim, a coroa portuguesa desleixa por completo essa análise administrativa pública.

Acresce a tudo isto o geral desleixo e relaxamento da administração pública, tanto cível quanto eclesiástica. Parece que só muito tarde, já pelos últimos anos do séc. XVIII, a metrópole cogitou a organização de estatísticas gerais e sistemáticas. Tiveram tal objetivo, segundo as aparências, as instruções, dadas em 1797 ao governador da Paraíba, Fernando Delgado de Castilho, cujo texto possuímos, e que teriam sido o padrão de uma circular sobre o assunto, enviada na mesma ocasião a todos os governadores da colônia. Solicita ao governo central dados estatísticos de natureza vária e que deveriam ser coligidos atualmente: movimentos demográficos (nascimentos, casamentos, óbitos), ocupações, comércio, preços. Tal recenseamento completo se realizou pelo menos uma vez; não conhecemos seus resultados, que possivelmente dormem ainda o sono dos arquivos em Portugal, mas temos notícias dele através do Cons. Veloso de Oliveira, que na sua memória sobre a igreja do Brasil, que é de 1819, se refere de um recenseamento de 1797-8 que é, com toda a probabilidade consequência daquelas instruções acima referidas (p. 33 e 34).

Como foi apontado acima, em 1797/1798, a administração vê que realmente havia uma extrema necessidade de providenciar o conhecimento de sua população, porém,

como o autor aponta, são dados que desapareceram dos arquivos públicos portugueses. A população no final do século XVIII girava ao entorno de 4.400.000 (quatro milhões e quatrocentos mil) de pessoas, sendo incluído nos dados cerca de 800.000 índios não domesticado, ou seja, que viviam junto de seus povos, usando o território de um modo distinto dos colonizadores. Os indígenas representavam cerca de 18,18% da população total do Brasil, conforme o gráfico 1 representa.

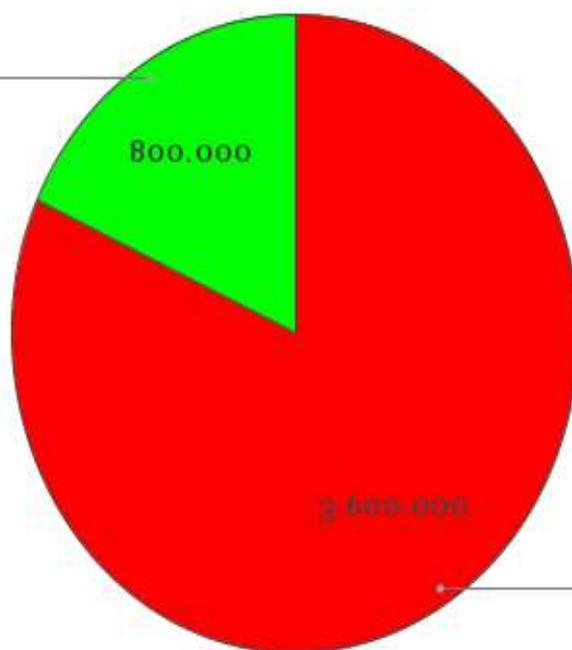
Gráfico 1. A população brasileira no final do século XVIII

A população brasileira em 1797/1798

Povos nativos

18,2%

800.000



Colonizadores

81,8%

FONTE: Prado Junior, 2009. Org: autor

Em paralelo ao balanço populacional de Prado Júnior (2009), traz-se na tabela 4 o número populacional do Brasil que foi contabilizado por viajantes que vieram ao Brasil no período entre 1776 e 1830.

Tabela 1. População total do Brasil no período entre 1776 e 1810

Ano	Autoridades	População total
1776	Abade Corrêa da Serra	1.900.000
1808	D. Rodrigo de Souza Coutinho	4.000.000
1810	Alexandre Humboldt	4.000.000
1815	Conselheiro Velloso de Oliveira	2 860 525
1817	Henry Hill	3 300 000
1819	Conselheiro Velloso de Oliveira	4 395 132
1825	Casado Giraldes	5 000 000
1827	Rugendas	3 758 000
1829	Adriano Balbi	2 617 900
1830	Malte – Brun	5 340 000

FONTE: IBGE, s/d.

De acordo com o Abade Correia da Serra, o Brasil em 1776 possuía 1.900.000 pessoas. Para D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1808, com a vinda da corte portuguesa, a população brasileira consistia em ser 4.000.000. Já para o Malte-Brun, no ano de 1830 a população total era de 5.340.000 pessoas. De 1815 a 1830 os dados populacionais irão se alterar bastante, tendo queda, conforme demonstra o balanço de 1815, 1824 e 1829. De 1776 a 1830 a população cresceu em 3.440.000 pessoas.

No momento em que aqui se estuda, a mortalidade era ocorrente com muita frequência na colônia, haja visto que se tinha diversas ocorrências que proporciona a morte, como as guerras, as doenças, entre outras coisas, em questão disso, o número de mortes de crianças e adultos era com frequência, resultando em uma expectativa de vida baixa (COSTA, 1976). Com isso, ao levar em consideração as vertentes da dinâmica populacional é importante considerar que por se tratar do meio natural o não domínio da ciência fará com que não ocorra um grande aumento nos da população do Brasil.

Em 1808, o domínio de Napoleão Bonaparte na Europa é o evento mundial que contribui para a chegada de milhares de pessoas ao Brasil no início do século XIX

(GOMES, 2007). Este acontecimento mudou toda dinamicidade populacional, econômica e política da formação socioespacial brasileira, já que a vinda do rei e da rainha e da corte portuguesa para o Brasil reformula toda a configuração espacial da colônia e das capitanias.

A mudança da corte para o Brasil era um plano muito antigo em Portugal, mas em 1807 o príncipe regente não tinha escolha: ou fugia ou muito provavelmente seria preso e deposto por Napoleão Bonaparte, como aconteceu alguns meses mais tarde com a monarquia espanhola. Se não havia alternativa, também não se justifica o uso de malabarismos semânticos para amenizar ou disfarçar o que de fato ocorreu: uma fuga pura e simples, apressada, atabalhoada, sujeita a erros e improvisações. A pressa foi tanta que, na confusão da partida, centenas de caixas repletas de prata das igrejas e milhares de volumes da preciosa Biblioteca Real, entre outras coisas, ficaram esquecidos no cais de Belém, em Lisboa. A prata seria derretida pelos invasores franceses e recuperada pelos ingleses alguns meses mais tarde. Os livros só chegariam ao Brasil em 1811 (GOMES, 2007, p. 21).

O processo de vinda da corte portuguesa também é impulsionado por outros eventos ocorridos em outro momento da história e em outras formações socioespaciais. Junto da elevação da colônia brasileira para reino, em 1815, e da conquista da independência no ano de 1822. Por isto apresenta aqui o quadro 2, montado por Gomes (2007), que demonstrará as ocorrências políticas mundiais que influenciaram no processo de formação socioespacial daquele momento e na vinda do rei e da corte portuguesa para o Brasil.

Quadro 5. Acontecimentos que marcaram a formação socioespacial brasileira de 1789 a 1813.

1789	Revolucionários franceses tomam a Bastilha, prisão de Paris considerada símbolo da monarquia absoluta; George Washington é eleito primeiro presidente dos Estados Unidos.
1790	A França adota o sistema decimal de pesos e medidas.
1791	Rebelião de escravos massacra fazendeiros brancos na colônia de São Domingos, no Caribe; Wolfgang Amadeus Mozart morreu em Viena, de febre, aos 35 anos.
1793	O rei Luís XVI e a rainha Maria Antonieta são executados na guilhotina, em Paris.
1795	Aos 25 anos, Napoleão Bonaparte derrota as tropas austríacas na Itália.
1797	O físico francês André Jacques Garnerin demonstra o seu invento, o paraquedas, saltando de um balão a 1.000 metros de altura, em Paris.
1798	As tropas de Napoleão conquistaram o Egito.

1799	Médicos portugueses começam a aplicar em Lisboa a vacina contra a varíola, descoberta pelo inglês Edward Jenner.
1800	O governo dos Estados Unidos é transferido para a nova capital, Washington.
1801	Napoleão é eleito cônsul perpétuo da França. A Espanha, sua aliada, derrotou Portugal na “Guerra das Laranjas”
1802	O presidente Thomas Jefferson compra da França o território da Luisiana e dobra o tamanho dos Estados Unidos.
1803	Na catedral de Notre Dame, Napoleão coroa a si mesmo imperador da França; O médico japonês Hanaoka Seishu faz a primeira cirurgia com uso de anestesia para extirpar um câncer de seio da sua própria mulher.
1805	Sob comando de Lord Nelson, a Marinha britânica derrota a França e a Espanha na Batalha de Trafalgar e assume o controle absoluto dos oceanos; Em Austerlitz, Napoleão massacrou as tropas aliadas da Rússia e da Áustria.
1806	A Inglaterra proíbe o tráfico de escravos em todos os seus domínios.
1807	Napoleão decreta o bloqueio continental na Europa contra a Inglaterra invade Portugal. A família real portuguesa foge para o Brasil; Richard Trevithick, o inventor da locomotiva a vapor, demonstra sua máquina em Londres.
1808	O príncipe D. João e a família real chegam ao Brasil. Forças britânicas e portuguesas derrotaram Napoleão na Batalha de Vimeiro; Goethe publica na Alemanha a primeira parte de sua obra-prima, Fausto; Ludwig Von Beethoven faz, no Teatro de Viena, a primeira apresentação da Quinta sinfonia.
1809	Robert Fulton patenteia nos Estados Unidos o barco movido a vapor.
1811	Os irmãos Grimm publicaram na Alemanha seu primeiro livro de contos de fadas.
1812	Napoleão fracassa ao tentar invadir a Rússia. Os ingleses capturam Madri.
1813	Tropas aliadas derrotaram Napoleão na Batalha de Leipzig.
1814	Donatien-Alphonse-François, o marquês de Sade, morre aos 74 anos no asilo de Charenton, na França; O México declara sua independência da Espanha; “O Libertador” Simón Bolívar ocupa Caracas, capital da Venezuela.
1815	Tropas britânicas, sob o comando do duque de Wellington, derrotaram Napoleão na Batalha de

	Waterloo; O Congresso de Viena redesenhou o mapa político da Europa.
1816	D. João V torna-se rei do Brasil e Portugal depois da morte de sua mãe, D. Maria I, a“Rainha Louca”. A coroação só ocorreu dois anos mais tarde; A Argentina declara sua independência da Espanha.
1817	A Revolução republicana é sufocada por tropas de D. João VI em Pernambuco.
1819	O Savannah, primeiro navio a vapor a cruzar o Atlântico, parte dos Estados Unidos e chega a Liverpool, na Inglaterra, em 26 dias
1820	Revolucionários liberais portugueses tomam o poder na cidade do Porto e exigem a volta de D. João VI a Lisboa.
1821	O inglês Michael Faraday constrói o primeiro motor elétrico; Napoleão morreu na Ilha de Santa Helena. Suspeita-se que tenha sido envenenado; D. João VI e a família real retornam a Portugal.
1822	Às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, D. Pedro proclama I a Independência do Brasil.

FONTE: GOMES, 2007. reorg: Autor, 2023

É importante reiterar que eventos/acontecimentos mundiais refletem sobre a formação socioespacial brasileira nas vertentes da dinâmica da população, da política, da economia e da sociedade. Em 1789, a tomada da prisão de Bastilha em Paris é o marco inicial de influência sobre o Brasil até 1808 com a chegada da corte, e em 1813 com o início da queda de Napoleão Bonaparte na batalha de Leipzig⁸. Além de outros, como a independência do México em 1814 e da Argentina em 1816, a revolução republicana em 1817⁹, a revolução de liberais portugueses para a volta da família real em 1820, a morte de Napoleão Bonaparte em 1821 e a volta da realeza a Portugal, e por fim, a independência do Brasil em 1822.

Demograficamente, o Brasil apresentou um crescimento populacional no período

⁸ De acordo com site E-cultura, a batalha de Leipzig (batalhas das nações) ocorreu em 1813 na Alemanha, era um conflito entre as tropas francesas e as tropas dos aliados (Rússia, Prússia, Áustria e Suécia), em que Napoleão Bonaparte queria possuir a hegemonia no continente Europeu. Foi a guerra mais sangrenta do movimento napoleônico, tendo 600 mil soldados mortos.

⁹ A revolução republicana foi um movimento separatista em 1817, em que Pernambuco queria se separar do Brasil por não concordar com suas as configurações sociais, mas foi reprimido pela coroa (SOUZA, 2022).

entre 1776 e 1830 de 3.440.000 pessoas. Não se soube exatamente qual a vertente demográfica que contribuiu para este fenômeno populacional, entretanto, observou que este fato está ancorado na migração, pois ela é a vertente que neste momento está em alta. (COSTA; SCARLATO, 2009; MORAES, 2011; MATOS, 2011)

A partir dos fenômenos econômicos e políticos que cercam a formação socioespacial brasileira, o Brasil possuiu um aumento significativo de sua população, sendo condicionado por eventos que atraíam as pessoas para ali residirem e constituírem suas famílias. Sendo assim, a situação populacional da colônia no momento proposto por esta pesquisa, demonstra que houve um crescimento demográfico tanto em escala da F.E.S., quanto na capitania de Minas Gerais, na Comarca do Rio das Mortes e na unidade territorial de Pouso Alegre, como será demonstrado nos próximos tópicos.

4.2 Capitania de Minas Gerais

As configurações socioespaciais do processo de povoamento do Brasil refletem e condicionam a capitania de Minas Gerais¹⁰. Como foi dito no capítulo anterior, a formação dela foi impulsionada pela busca de jazidas auríferas em suas terras por parte dos colonos estrangeiros.

Letícia Leal (2022) aponta que este fenômeno econômico foi o que caracterizou a formação da capitania.

O surgimento das primeiras povoações coloniais em Minas Gerais ocorreu com o encontro e a exploração de jazidas de ouro na região em 1693. A ambição pelo enriquecimento frente a facilidade da mineração resultou no surto migratório para o sertão da colônia, o que configurou um fluxo e o estabelecimento de novas dinâmicas espaciais (p. 74).

No decorrer do século XVIII houve a criação de 15 vilas, como a Vila do Ribeirão do Carmo, a Vila Real de Sabará, a Vila Rica, a Vila da Rainha, a Vila de N. S^a da Piedade de Pitangui, a Vila de São João del Rei, a Vila do Príncipe, Vila de Minas Novas, a Vila de São José del Rei, a Vila de Barbacena, a Vila da Campanha da Princesa da Beira, a Vila de Paracatu do Príncipe, a Vila de S. Bento do Tamanduá e a Vila de Queluz, conforme o quadro 3 demonstra.

¹⁰ Minas Gerais é desmembrada da capitania de São Paulo em 1720 (LEAL, 2022)

Quadro 6. Fundação de Vilas e Termos em Minas Gerais no século XVIII.

Anos	Vilas e termos
1711	Vila do Ribeirão do Carmo Vila Real de Sabará Vila Rica
1713-1715	Vila da Rainha Vila de N. S ^a da Piedade de Pitangui Vila de São João del Rei Vila do Príncipe
1718-1730	Vila de Minas Novas Vila de São José del Rei
1789-1798	Vila de Barbacena Vila da Campanha da Princesa da Beira Vila de Paracatu do Príncipe Vila de S. Bento do Tamanduá Vila de Queluz

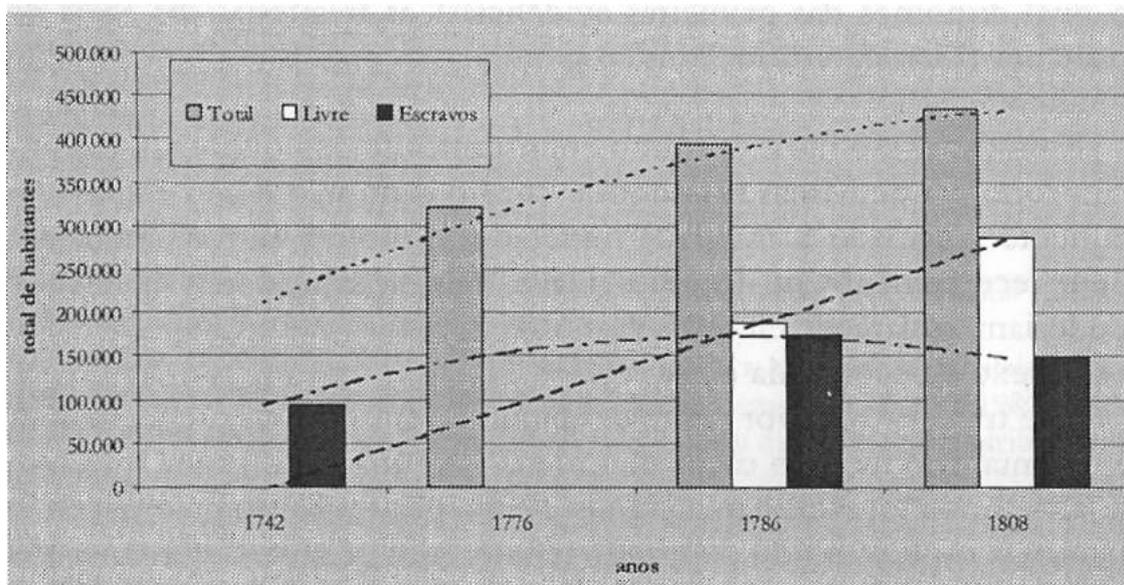
FONTE: FURTADO, 2002. Org: Letícia Leal, 2022.

Esta tabela representa as vilas que a capitania de Minas Gerais foi construindo ao longo do século XVIII. Entretanto, a situação político-administrativa era estruturada em escalas, sendo o Brasil, as capitanias, as comarcas, as vilas, as Freguesias e os Arraiais. Pela escassez de dados demográficos com muitos detalhes é importante enfatizar que a elevação de uma determinada Freguesia à categoria de Vila está relacionado ao crescimento populacional e urbano.

A construção de Vilas na capitania de Minas Gerais está totalmente ligada aos fatores econômicos, em razão disso, as elevações das freguesias ocorreram conforme o adentramento dos colonizadores e a instalação das atividades auríferas sobre aquele espaço (LEAL, 2022). Com relação ao número populacional, segundo Carrara (2007) em 1740 a capitania possuía aproximadamente 100.000 escravos e em 1808 quase 450.000

pessoas, sendo quase 300.000 mil livres e quase 150.000 escravos, como o gráfico 2 demonstra.

Figura 11. População total, livre e escrava de Minas Gerais em 1742, 1776, 1786 e 1808.



FONTE: Carrara, 1999.

No caso de 1776 eram aproximadamente 350.000 pessoas residentes em Minas Gerais. Já em 1786 havia quase 400.000 habitantes, em que 200.000 representavam os livres e 200.000 os escravos. Analisando o gráfico, percebe-se um salto de quase 100.000 na população total de 1776 a 1808. O número de escravos caiu 20.000 habitantes, enquanto a população livre aumentou em quase 100.000 pessoas.

Pensa-se que o aumento significativo da população em 1808 poderia estar ligado a acontecimentos mundiais que influenciaram sobre a formação socioespacial e consequentemente na capitania de Minas Gerais, como a vinda do rei, da rainha e da corte portuguesa para o Brasil.

As variações destes dados populacionais se ancoram em alguns fatores, como a busca por jazidas auríferas, a guerra dos emboabas, a exploração do ouro, a vinda da corte para o Brasil, a Proclamação da Independência do Brasil, entre outros, que justificam o crescimento demográfico e a criação de vilas e freguesias dentro da capitania de Minas Gerais no século XVIII e XIX. Para Carraras (2007) a falta de ouro a partir de 1780 influenciou no processo de crescimento populacional e consequentemente na elevação dos pequenos povoados a freguesia, a vila e a cidade.

Enquanto a população dos distritos mineradores declinou ou estagnou a partir de 1780 (ano para o qual dispomos das primeiras evidências), as freguesias das áreas de fronteira (Piranga e Rio Pomba) tiveram um crescimento acentuado. Estes dados são indícios muito consistentes de que o funcionamento da economia de Minas no período considerado não estava tão estreitamente vinculado à atividade mineradora, como a historiografia até bem recentemente no-lo apresentava (p. 47)

Para Letícia Leal (2022) a economia mineira é dinâmica e passa por momentos de modificação.

A dinâmica economia mineira é explicada pela diversificação das atividades econômicas que foram desenvolvidas na região para atender justamente as demandas criadas pela instalação da mineração.

Dessa maneira, o arranjo espacial do território de Minas Gerais inicialmente foi influenciado pela mineração. Porém seu desenvolvimento se manteve frente ao surgimento de novas atividades produtivas. Se os fixos iniciais do território eram os pontos de mineração, no início do século XIX é possível citar as cidades com estruturas urbanas, os centros comerciais, as áreas de cultivo de alimentos e assim por diante. Para compreensão dos fluxos criados pelos fixos citados, o estudo sobre os caminhos e as estradas é fundamental, principalmente para a constituição da formação socioespacial brasileira (p. 80).

Por isso, entende-se que, a capitania de Minas Gerais possuiu alguns momentos econômicos, políticos, populacionais e sociais que fizeram parte de seu processo de formação. O primeiro momento econômico é ancorado no descobrimento de jazidas auríferas e a partir dela e da criação de pequenos povoados vai se construindo uma necessidade de produção agrícola. Entretanto, no início, com a falta de indústrias manufatureiras, Minas dependia de produtos exportados de fora. Com o rápido crescimento populacional essas questões vão sendo remodeladas ao decorrer do século XIX (MATOS, 2011; LEAL, 2022).

De acordo com Carrara (2007) o outro momento econômico, que é o da agricultura, que se instaura pelo esgotamento da exploração de jazidas auríferas dentro de Minas Gerais, pois o processo de retirada do ouro foi tão intenso que ocasionou na rápida escassez das fontes encontradas na capitania.

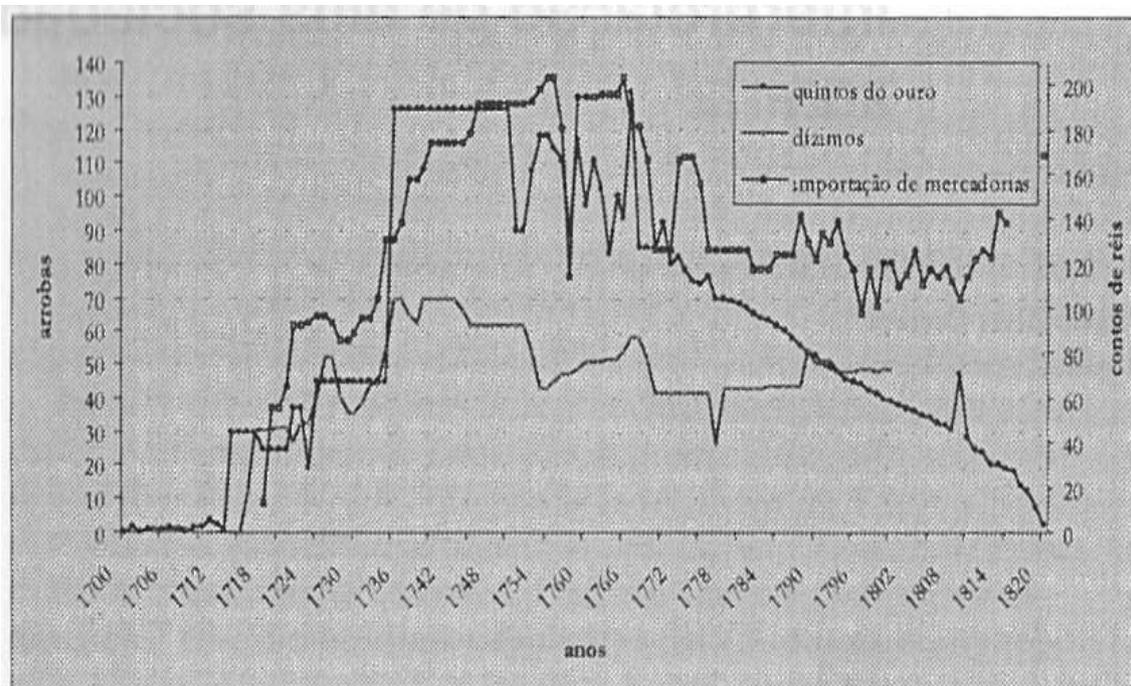
Ao longo do século XVIII, a produção anual de ouro da Capitania de Minas Gerais foi acompanhada pela importação de mercadorias. No entanto, não ocorreu a mesma correspondência com a produção agrícola e pastoril, e mesmo o fluxo mercantil não esteve, pelo menos a partir de 1765, diretamente vinculado à produção aurífera.

O crescimento demográfico geral da Capitania no mesmo período também oculta particularidades. Enquanto a população dos distritos mineradores declinou ou estagnou a partir de 1780 (ano para o qual dispomos das primeiras evidências), as freguesias das áreas de fronteira (Piranga e Rio Pomba) tiveram um crescimento acentuado (p. 1).

Com esta colocação, percebe-se que a economia não gira apenas ao redor do ouro, mas também utiliza da agricultura e da criação de animais como outras fontes econômicas dentro da capitania e de suas comarcas (Vila Rica, Rio das Mortes, Serro Frio, Rio das

Velhas). Já os rendimentos de Minas Gerais seguem em três vertentes, são elas: quintos do ouro, dízimo e importação de mercadorias, conforme o gráfico 3 representa.

Figura 12. Rendimentos total da capitania de Minas Gerais no período entre 1700 e 1820.



FONTE: Carraras, 1999.

‘Interpretando o gráfico 3, percebe-se que de 1700 a 1712 a capitania não possuía tantos rendimentos com o dízimo, o quinto do ouro e a importação de mercadorias. Já no período entre 1718 e 1772 a capitânia sofreu uma alta económica nas três vertentes citadas acima. Com o esgotamento do ciclo do ouro é nítido uma grande queda com relação aos anos anteriores, enquanto a importação de mercadorias consiste em permanecer estável de 1718 a 1820.

A necessidade de mão de obra promove um intenso fluxo de chegada de escravos em Minas Gerais. No quadro 4, feita por Carrara em 2007, demonstra que a comarca aqui estudada era terceira da capitania a possuir um alto número de escravos, onde em 1723 continha cerca de 13,12%, em 1735, 14,91%, e em 1749, 15,53%, como mostra a tabela 2.

Figura 13. População escrava (%) por Comarca de Minas Gerais — 1723-49

Comarcas	1723	1735	1749
Vila Rica	54,7 3	49,4 6	44,48
Rio das Mortes	13,12	14,91	15,53
Sabará	27,4 4	25,1 5	23,60
Serro	4,69	10,46	7,90

FONTE: Carrara, 1997, *apud*, Carrara, 1999.

A economia possui o poder de moldar toda a configuração populacional dentro do processo de construção territorial e populacional de Minas Gerais. No caso da concentração de pessoas dentro de um dado local no período do meio natural consiste em ser impulsionado pelas novas centralidades econômicas, que refletem não só nisso, mas em toda organização político-administrativa do Brasil, de suas Capitânicas, de suas Comarcas, de suas Vilas e de suas Freguesias. Por isso, a elevação de um dado povoado com um certo número de pessoas à categoria de Arraial e posteriormente de Freguesia, consiste em ser a forma da coroa portuguesa moldar economicamente e politicamente uma dada unidade territorial. Este fato do surgimento de novas centralidades de fixos e fluxos pode ser exemplificado a partir da troca da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 (MATOS, 2011).

Outro fato que modifica toda a situação de Minas Gerais é a independência do Brasil, haja vista que nesta nova fase há uma modificação em sua estrutura política, que passa ser voltada a uma ordem imperial e também com relação ao nome, já que passará de capitania a província de Minas Gerais (GOMES, 2010).

Dessa maneira, o crescimento populacional em um determinado local, junto das novas concentrações econômicas e também políticas consiste em condicionar num processo de povoamento direcionado para uma específica localidade. Minas Gerais, constitui seu rápido processo de construção populacional e territorial ancorado na exploração de jazidas de ouros (MATOS, 2011).

O processo de composição populacional e territorial de Minas Gerais demonstra ser reflexo de eventos mundiais, que adentra sob a formação socioespacial brasileira e ali condiciona os processos de formação das capitânicas, das comarcas e das unidades territoriais. No próximo tópico se discutirá o processo de povoamento da Comarca do Rio das Mortes como condicionante da formação territorial de Pouso Alegre.

4.3 Comarca do Rio das Mortes

A constituição territorial e populacional da Comarca do rio das Mortes consiste em ser proporcionada a partir de eventos políticos e econômicos do mundo, do Brasil e da capitania. Desta maneira, conforme foi apontado no capítulo anterior, a busca por ouro é o acontecimento condicionante para a rápida povoação do território mineiro. Com Minas Gerais se tornando a principal centralidade populacional no final do século XVII e início do XVIII, as configurações políticas-administrativas iniciam um processo de divisão em comarcas, sendo formada por 4, são elas: Serro Frio, Sabará, Vila Rica e Rio das Mortes.

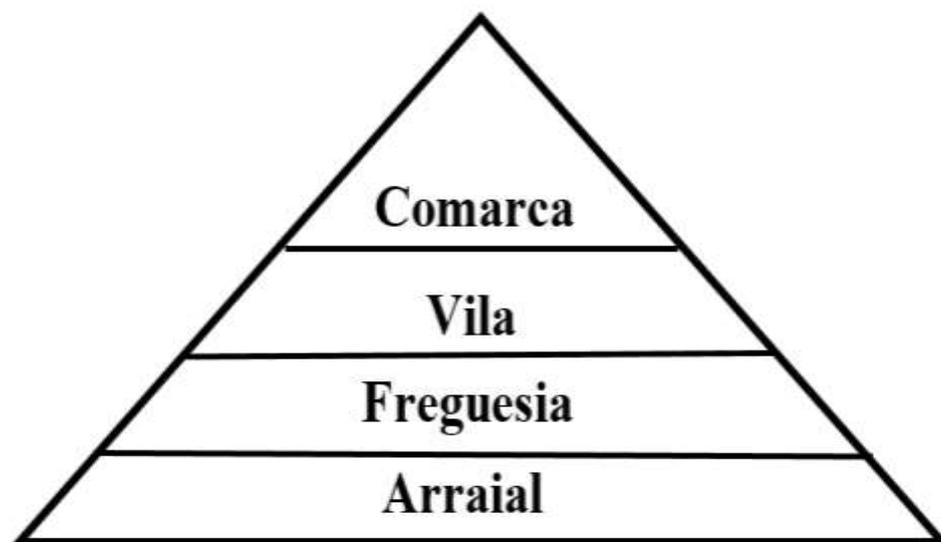
Aqui, neste tópico o interesse central é discutir o processo de crescimento populacional da última citada no parágrafo anterior. Para Carvalho (2015), a comarca do Rio das Mortes foi umas três primeiras criadas na capitania de Minas Gerais, sendo instituída em 1714, tendo como sede a Vila de São João del Rei.

A rede urbana da comarca não cresce uniformemente: cresceu em ondas. A Comarca do Rio das Mortes perdurou numa longa temporalidade histórica (1714 a 1891) e num extenso território a analisar (120 mil km²), levando-nos a focalizar as ondas de expansão urbana dentro dos limites da comarca. Cada onda de expansão urbana é singular no tempo (do XVIII e do XIX) e não se repete a sua história de formação. Propusemos-nos a organizar, padronizadamente, a classificação das ‘ondas de expansão urbana’ da comarca, em ‘tempos conjunturais’ específicos, o que resultou em sete ondas de expansão urbana, entre 1714 e 1891 (p. 18).

Partindo desta colocação, entende-se que o crescimento urbano foi desenvolvido em ondas e não uniformemente. Com isso, assimila que o processo de construção territorial dos Arraiais, Freguesias e Vilas é ancorado nos processos econômicos de toda a capitania (até 1822) e da província (a partir de 1822) de Minas Gerais. Neste primeiro momento de formação da comarca do Rio da Morte, o processo de povoamento irá girar pelo interesse do ouro, por este motivo, a concentração de pessoas se dará sob as jazidas auríferas (CARVALHO, 2015; MTJMG, 2014).

A capitania possuía uma estrutura política, em que as vilas eram a parte central, onde já tinham uma independência administrativa. Já a freguesia se caracterizava pela instalação da circunscrição eclesiástica, e o arraial, representa o marco inicial do processo de colonização e povoamento, pois consiste em ser uma morada temporária, de exploração (PAULA & ALMEIDA, 2016). Conforme a figura 10 demonstra.

Figura 14. Hierarquia política das Comarcas do Brasil.



FONTE: PAULA & ALMEIDA, 2016. Org: autor, 2023.

Sendo assim, assimila que o processo de construção das freguesias e arraiais é resultante do início de um pequeno povoado até a sua consolidação urbana sem nenhuma dependência enquanto vila. Com relação a estes momentos, observou-se, que os períodos (meio natural, meio técnico, meio técnico científico informacional) abarcados por Santos e Silveira (2003) entram sobre a formação socioespacial, a capitania e a comarca em momentos diferentes. Sendo assim, a caracterização do meio natural no Brasil consiste em ser distinto de Minas Gerais. Tendo em vista, que o processo de consolidação do meio técnico, denota um início do adentramento da técnica sobre uma determinada localidade.

A delimitação e a diferenciação de um período para o outro era resultado de eventos/acometimentos que resultaram na modificação sobre o território usado pelos homens e mulheres que ali vão se fixando. Importante ressaltar que os períodos não são caracterizados em uma escala geral, dessa maneira, a comarca do Rio das Mortes constitui seu período do meio natural em um momento diferente do Brasil enquanto totalidade.

No caso da porção sul de Minas Gerais ainda vigora o meio natural neste momento estudado. Politicamente, as unidades territoriais foram elevadas, enquanto vilas a partir de 1714 com São João Del Rei, seguido de São José del Rei (1720), Tamanduá (1789), Queluz e Barbacena (1791), conforme o quadro 7 aponta.

Quadro 7. Elevação a Vila na Comarca do Rio das Mortes (1699-1814).

Data	Elevação a Vila
1714	Vila de São João del-Rei
1720	Vila de José del-Rei
1789	Vila de Tamanduá
1791	Vila de Queluz
	Vila de Barbacena
1798	Vila da Campanha
1814	Vila de Jacuí
	Vila de Baependy

FONTE: MTJMG, 2014. reorg: autor, 2023.

Com relação ao número populacional, o site histórico da Universidade Federal de São João del Rei, pondera que o número de pessoas residentes na comarca em 1776 era de 82.781 pessoas e no ano de 1808 consistia em ser de 154.869 pessoas, conforme a tabela 3 demonstra.

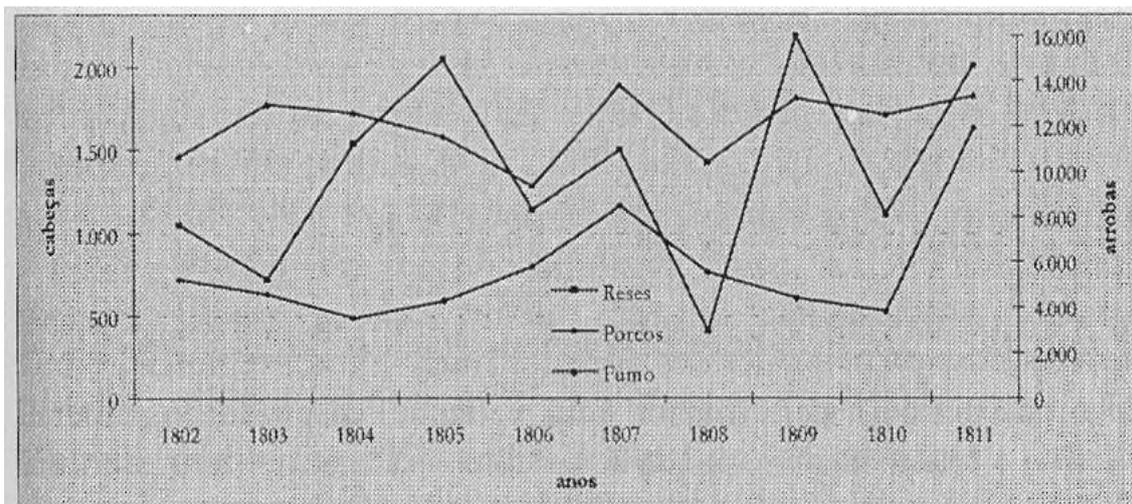
Tabela 2. População total da Comarca do Rio das Mortes entre 1776 e 1808.

1776	82.781
1808	154.869

FONTE: Arquivo histórico da UFSJ, sem data. Org: autor, 2023.

A fixação populacional da Comarca do Rio das Mortes, para Carrara (1999), ocorreu-se pela desenvoltura econômica da Capitania. Como foi discutido anteriormente, Minas Gerais passa por momentos econômicos, sendo iniciado com o ouro e posteriormente, com a agricultura, na exportação de reses (carne bovina), porco e fumo, conforme ilustra o gráfico 4.

Figura 15. Exportação de mercadorias pela Comarca de Rio das Mortes — 1802 1811.



FONTE: Arquivo Nacional, Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto, vol. 1433.

Em 1821, Carvalho (2015) aponta que a população total da comarca do Rio das Mortes era de 213.617 pessoas, sendo 125.814 homens, em que 58.087 eram escravos e 67.727 livres. Já as mulheres formavam um total de 87.803, onde eram 60.895 livres e 26.908 escravas, conforme a tabela 4 aponta.

Tabela 3. Comarca do rio das mortes (1821): comparação entre população livre e população escrava

	Homens				Mulheres				TOTAL
	Branços	Pardos	Negros	Subtotal	Branças	Pardas	Negras	Subtotal	
População livre	42.490	19.392	5.845	67.727	35.355	20.037	5.503	60.895	128.622
População escrava	-0-	4.581	53.506	58.087	-0-	3.723	23.185	26.908	84.995
Soma	42.490	23.973	59.351	125.814	35.355	23.760	28.688	87.803	213.617

FONTE: CARVALHO, 2015.

Interpretando a tabela 4, outro ponto que chama a atenção é o número populacional de escravos, haja visto que o montante total girou em torno de 84.995, sendo 26.908 de mulheres escravas e 58.087 de homens escravos. Com esta alta montante se entende que neste momento eram poucos os que haviam conseguido a sua liberdade, pois

não havia sido sancionada as leis¹¹ de abolição da escravatura no Brasil, como a lei Eusébio de Queirós em 1850, a lei do ventre livre em 1871, a lei dos saxegenários em 1885 e a lei áurea em 1888.

Este processo de crescimento populacional em 1821 se ancora dentro de momentos políticos e econômicos da formação socioespacial brasileira, dentre eles vale ressaltar a vinda da família real, o esgotamento da exploração do ouro, a elevação do Brasil a reino, entre outras, que influencia diretamente em todo a dinamicidade populacional e estruturação da comarca do Rio das Mortes e de suas Vilas, Freguesia e Arraias (ANDRADE, 2013).

Importante destacar que a região do sul de Minas Gerais aqui estudada já era habitada antes do processo de colonização de Portugal sobre a comarca, como foi abordado no capítulo anterior. Os povos originários da língua macro-jê moravam nesta parte de Minas e dentro da pesquisa realizada não se encontrou informações com relação a números. Deste modo, este fato limitou a discussão frente a composição do povoamento.

Portanto, conclui-se que o processo de povoamento da comarca do Rio das Mortes foi um reflexo de eventos provindos de uma escala mundial, que impulsionou sobre a formação socioespacial brasileira, a capitania, e ocasionou no processo construção territorial desta região.

4.4 Arraial do Bom Jesus de Matosinho do Mandu

O processo de colonização da formação socioespacial brasileira se inicia a partir do séc. XVI. Já no caso de Minas Gerais seu início se dá por meados de 1690, e por este movimento surge o primeiro arraia da parte sul da capitania em meados do final do século XVII. Com este processo de povoamento da região vão surgindo as unidades territoriais, conforme a figura 11 ilustra.

¹¹ A lei Eusébio de Queiroz foi impulsionada pela lei Bill Aberdeen da Inglaterra e proibiu o tráfico negreiro no Brasil a partir de 1851. Já a Lei do ventre livre entrou em vigor a partir de 1871. Nela permitia que os filhos de escravos a partir daquele ano fossem liberados, entretanto, dava a autoridade para o dono escolher o momento. No caso da lei sexagenária os escravos seriam libertados após os seus 60 anos. A lei áurea de 1888 foi a que proibiu que os negros fossem escravizados no Brasil (CARVALHO, 2015).

Figura 16. Mapa do início do povoamento da comarca do Rio das Mortes¹².



Conforme demonstra a figura acima, a comarca inicia seu processo de povoamento no século XVII, a partir de Baependi (1692), São João del Rei (1701), Itajubá (1717), Carrancas e Bambuí (1720), Lavras (1729), Itapeçerica (1730), Campanha (1737), Três Pontas (1743) e o objeto da pesquisa que é Pouso Alegre (1747). É interessante observar que a estrada real, de Ouro Preto ao Rio de Janeiro está cortando os municípios mais antigos e mais próximos a Comarca de Vila Rica.

Dentro do desenvolvimento territorial de Pouso Alegre, o rio do Sapucaí é o que leva os bandeirantes para ali e para arraiais vizinhos, como o Arraial de Santana do Sapucaí e o Arraial São Francisco de Paula (GOUVÊA, 2015; ANDRADE, 2013; VALE,

¹² As nomenclaturas do mapa se referem às denominações das unidades territoriais do tempo presente. Fizemos assim para deixar mais compreensível para o leitor.

A elevação a arraial em Pouso Alegre, ou seja, a datação de seu povoamento, é iniciada a partir de 1747 com a exploração de jazidas auríferas nas unidades territoriais de Frejat (1959), pondera que os nomes da unidade territorial foram sendo modificados conforme seu contexto histórico, onde inicialmente se denomina num primeiro momento de “Arraial do Bom Jesus de Matosinho do Mandu” e posteriormente de “Freguesia do Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre”. Para ele, estes batismos iniciais teriam sido influenciados por um viajante.

Alguns autores explicam que o batismo da localidade se derivou da corruptela do nome de um pescador, querem uns, de um tropeiro, querem outros, que se chamaria Manoel e que atenderia pela alcunha ora de Manduca, ora de Mandu, o qual teria sido o primeiro povoador da região (p. 416).

Desta maneira, percebe-se que a unidade territorial de Arraial do Bom Jesus de Matosinho de Mandu (Pouso Alegre), obteve um nome de acordo com cada momento da sua história. Essas mudanças em sua nomenclatura se dão como reflexo dos momentos políticos da capitania de Minas Gerais e dos eventos econômicos que modificavam toda a estrutura administrativa. Por isso, é importante retratar essas mudanças em seu nome, pois retrata a condicionalidade de seu processo de formação territorial.

No primeiro momento, o município serviu como pouso para os bandeirantes em suas expedições colonizadoras no rio Sapucaí. Com a instalação de João da Silva¹³ ao lado do rio Mandu, é marca o início da formação territorial de Pouso Alegre registrada, entretanto na própria carta de sesmaria lista que foi adquirida de Antônio de Araújo Lobato e Félix Francisco (ANDRADE, 2013; VALE, 2018). A luta para elevação do pequeno povoado por seu povo a freguesia a partir de 1805 é o que marca a instauração de um outro nome, desta vez denominado como Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Mártires do Pouso Alegre, 1811.

Andrade e Vale (2013) pontuam que formação territorial de Pouso Alegre se deu por ser,

Uma região que acolhia muitos aventureiros desbravadores de terras no sul de Minas Gerais. Porém, a formação do povoado se deu apenas por volta de 1747, quando os primeiros habitantes ali se estabeleceram. Com o lento crescimento da população e o desenvolvimento do pequeno povoado pela significativa influência política do Senador imperial Cônego José Bento Ferreira de Melo, em 1831, elevou-se a categoria de Vila. Alguns anos mais tarde, em 1848, a vila foi elevada à categoria de cidade, pertencendo fortemente os traços do rural (p.15).

¹³ Obteve a carta da sesmaria em 14-06-1785 (CORRÊA, 2015).

A partir da constatação feita pelos autores citados anteriormente, conclui-se que num primeiro momento a unidade territorial servia como acolhida dos aventureiros desbravadores de terras na comarca do Rio das Mortes, no início do século XVIII, já sua elevação enquanto Vila se deu em 1831 por conta da influência política do Senador imperial de Cônego José Bento Ferreira de Melo. A figura 13 demonstra o senador. O político foi um importante figura em tal elevação administrativa da então Arraial do Bom Jesus do Matosinho, como era conhecida na região.

Figura 18. Senador do Império Cônego José Bento Ferreira de Melo.



FONTE: IHMG, sem data.

O senador do Império José Bento, nasceu na cidade de Campanha em 6 de janeiro de 1785, era filho do Capitão José Joaquim Leite Ferreira e da Dona Escolástica Brandina de Melo. Mudou para São Paulo para se dedicar aos estudos da vida sacerdotal,

ordenando-se padre em 1809, vindo morar na Freguesia do Senhor Bom Jesus do Mártires de Pouso Alegre em 1811, onde foi nomeado vigário¹⁴ (IHGMG, sem data).

Desta maneira, percebe-se que a unidade territorial de Arraial do Bom Jesus de Matosinho de Mandu (Pouso Alegre), obteve um nome de acordo com cada momento da sua história. Essas mudanças em sua nomenclatura se dão como reflexo dos momentos políticos da capitania de Minas Gerais e dos eventos econômicos que modificavam toda a estrutura administrativa.

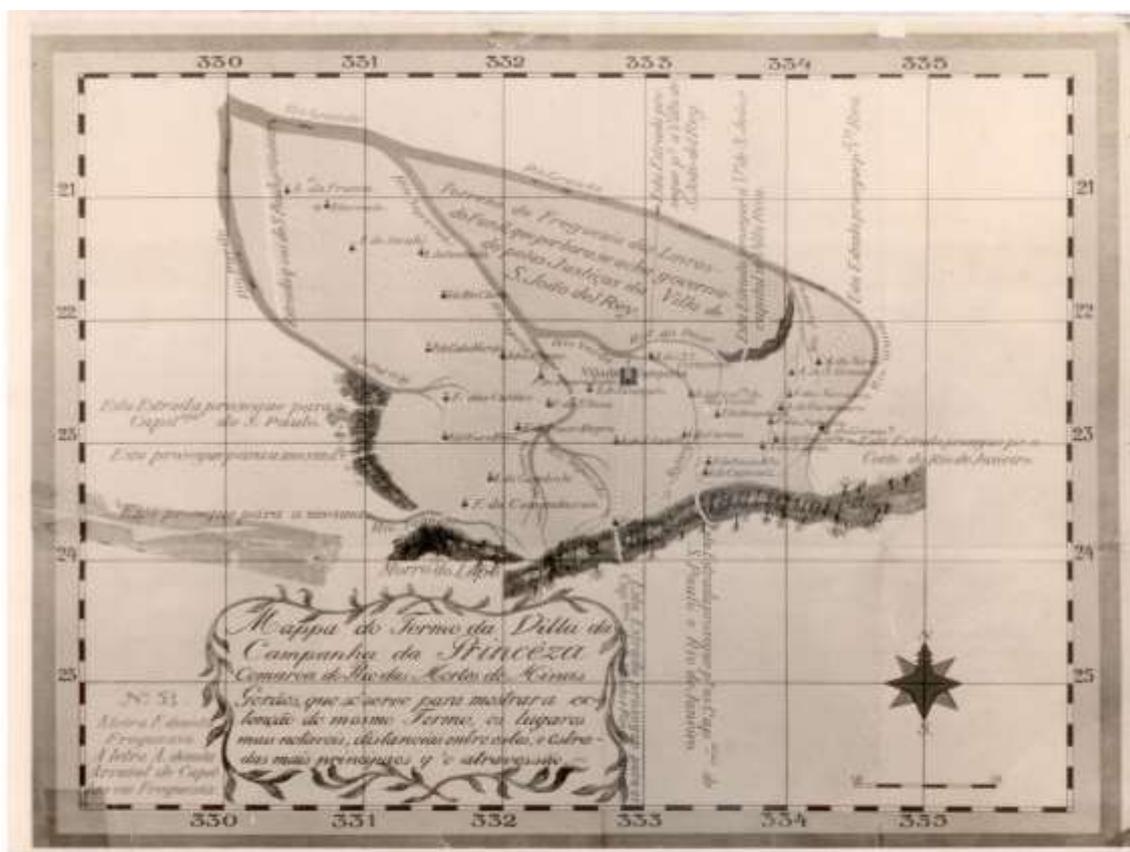
O Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais (sem data) aponta que quando José Bento se mudou para o pequeno povoado, já o encontrou elevado à freguesia. Este processo político-administrativo veio em 1810, com a solicitação do Bispo Dom Mateus à coroa portuguesa para desmembrar o então arraial da freguesia de Sant'ana do Sapucaí¹⁵.

Naquele momento, o Brasil possuía pouquíssimos povoados elevados ao nível político-administrativo de Vilas dentro da capitania de Minas Gerais, sendo assim, a Comarca do Rio das Mortes possuía um pequeno número da mesma e de Freguesia. Pouso Alegre enquanto freguesia tinha uma grande influência de Campanha (Vila da Campanha da Princeza) e da Freguesia de Santana do Sapucaí. Pela localização geográfica de ambas, como a figura X representa, é nítida a dependência em um primeiro momento do pequeno povoado e depois da freguesia do Senhor Bom Jesus dos Mártires do Pouso Alegre a Vila Campanha da Princeza.

¹⁴ Vigário seria o responsável por cuidar da paróquia (IHGMG, sem data).

¹⁵ De acordo com o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Santana do Sapucaí corresponde hoje ao município de Silvanópolis.

Figura 19. Mapa da Vila de Campanha entre 1810 e 1830.



FONTE: Museu Tuany Toledo, 2016.

A freguesia do Senhor do Bom Jesus do Mártires de Pouso Alegre era dependente politicamente e tecnicamente da Vila de Campanha da Princesa. Dessa maneira, levando em consideração todo este apanhado histórico, e os conceitos estruturadores desta pesquisa, que são: uso do território, a formação socioespacial e o espaço geográfico, caracteriza o período do meio natural entre 1747 e 1831.

Como é possível caracterizar este momento sem uma descrição precisa de dados populacionais neste período da unidade territorial? A delimitação dos eventos políticos deste momento demonstra um determinismo da natureza sobre o uso do território, em que há uma necessidade de migrar para resolver as ocorrências do dia a dia na Vila de Campanha da Princesa e as ações do homem ainda está sendo ditada pela natureza.

Elevar-se de Arraial a Freguesia e a Vila não consiste em ser o processo de ruptura entre o fim do meio natural e o início do meio técnico, tendo em vista que a Freguesia representa a criação de uma paróquia e outro momento uma emancipação política de Campanha. Todavia, isto não impede que estes eventos sejam reflexos do Brasil e

impulsione a fixação da técnica na Vila de Pouso Alegre. Eventos como, a vinda da corte para o Brasil, a elevação do Brasil a reino e a independência do Brasil, possui impactos diretos sobre todo o território (SANTOS; SILVEIRA, 2006)

Dessa maneira, foi possível observar que o meio natural é ocorrido em momentos diferentes no Brasil, em Minas Gerais, na comarca do Rio das Mortes e na unidade territorial. A caracterização deste período na colônia se deu no séc. XVI e antes dele, já na capitania no final do séc. XVII e em sua parte sul no início do séc. XVIII.

O território usado neste momento se dava de uma outra maneira, haja visto que os sistemas de objetos e sistemas de ações tinham composição e características diferentes, quando comparado com a atualidade. Segundo Andrade (2013), o início do povoamento é marcado por,

Hospedagem de viajantes, a produção de gêneros alimentícios, e um pequeno comércio, a população local apresentou certo crescimento, fato que motivou o interesse dos moradores em construir uma capela no arraial. O que se consolidou na passagem para o século XIX, com a implantação da capela do “Senhor Bom Jesus do Mandu”. A simplória edificação, localizada a poucos metros da igreja matriz atual, ficava a uma distância inferior a um quilômetro do leito do rio Mandu, a meia encosta, e devido a isto estava protegida das constantes inundações dos meses mais chuvosos do verão (p.55 e 56).

Com relação ao desenvolvimento populacional inicial, Andrade (2013) aponta que o que foi fundamental para a instalação de pessoas era os fatores naturais, como o baixo o baixo curso do rio Mandu.

As características naturais foram fundamentais para a formação do povoado às margens do baixo curso do rio Mandu, próximo à confluência com o Sapucaí Mirim, que poucos quilômetros a jusante deságua no rio Sapucaí. Ao norte e a oeste do povoado, se fazem presentes montanhas e serras que chegam a atingir altitudes superiores a 1000 metros, porém ao sul e a leste há a presença de uma vasta planície aluvial por onde correm os leitos dos rios descritos, e que são inundáveis nos meses (p. 55)

Ainda de acordo com Andrade (2013), o início do século XIX foi caracterizado por importantes acontecimentos políticos que influenciaram sobre o uso do território das pessoas ali moravam.

Em 1810, era implantada a freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, por alvará régio de dom João VI, príncipe regente de Portugal, sendo José Bento Leite Ferreira de Mello o seu primeiro vigário. A partir de então, o local passou a ser conhecido como Pouso Alegre. A consolidação da paróquia, e a ampla concessão de sesmarias e posses fizeram com que durante as décadas de dez e vinte do século XIX, a freguesia prosperasse, e, contando também com a influência política de José Bento, Pouso Alegre foi elevada a condição de vila pelo “decreto de 13 de outubro de 1831”, se emancipando assim de Campanha (p.56)

Na vertente da economia no séc. XVIII a unidade territorial produzia para sua própria subsistência num primeiro, não exportando, mas a partir do início do séc. XIX,

com o adentramento da técnica, passaram a exportar alguns produtos para as outras províncias, são eles: o fumo, o toucinho, o gado vacum e o gado suíno (VALE, 2013). Evidentemente, que a pequena exportação desses alimentos não caracterizava o período de ruptura entre o meio técnico e o período do meio natural.

Conclui-se que a formação territorial de Pouso Alegre é reflexo de acontecimentos políticos e econômicos do Brasil. A datação desta pesquisa, que é de 1747 a 1831, consiste em demonstrar que a unidade territorial de Pouso Alegre está configurada como período do meio natural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todas as considerações feitas sobre o processo de formação territorial de Pouso Alegre no período entre 1747 e 1831, conclui-se que os eventos econômicos e políticos do Brasil (como o processo de interiorização dos bandeirantes, a busca por jazidas de pedras preciosas, a vinda da corte portuguesa, a elevação a reino, a independência e a instauração do império) refletiram sobre a construção do território e no desenvolvimento do povoado do arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu, da freguesia do Senhor Bom Jesus do Mártires de Pouso Alegre e da Vila de Pouso Alegre.

Entende-se que esta pesquisa trouxe uma contribuição analítica dos conceitos/categorias de formação socioespacial, espaço geográfico e uso do território, demonstrando a aplicabilidade dentro da geografia histórica, a partir de uma análise frente ao processo de povoamento da formação socioespacial brasileira a formação territorial de Pouso Alegre.

Entende-se que esta pesquisa trouxe uma contribuição analítica dos conceitos/categorias de formação socioespacial, espaço geográfico e uso do território, demonstrando a aplicabilidade dentro da geografia histórica, a partir de uma análise frente ao processo de povoamento da formação socioespacial brasileira a formação territorial de Pouso Alegre.

Conseguiu-se evidenciar também que a construção social do Brasil, ancora-se em acontecimentos econômicos e políticos provindos do mundo, em que transforma e modifica o território usado. Minas Gerais também passa por estes momentos, como a comarca do Rio das Mortes e Pouso Alegre, conforme aqui foi discutido.

A presente pesquisa demonstrou que a transformação territorial de Pouso Alegre é parte de um movimento mundial, em que as diversificações no uso do território foi uma realidade pelo complexo processo de colonização do Brasil. Além disso, a conceitualização teórica aqui realizada é uma discussão não tão abordada na geografia, tendo em vista que o interesse dela tem sido entender a contemporaneidade já compactada. Pondera-se também o pioneirismo deste trabalho, haja vista que se trata de uma recomposição geográfica e histórica de um dos principais municípios do Sul de Minas da atualidade.

O presente feito foi realizado com muita dedicação, pois tem o intuito de contribuir cientificamente a geografia, ao Brasil, a Minas Gerais, ao sul de Minas e a Pouso Alegre, tanto academicamente quanto aos que ao povo que ali reside,

demonstrando que estudar o tempo pretérito é importante para a entender a atualidade.

Para finalizar, pondera que este trabalho consiste em ser uma contribuição inicial do pensamento do professor Milton Santos, em que a partir de suas lindas obras contribui a geografia com tanto afinco. Acredita-se que ficaram questões a serem respondidas e que a pesquisa não para por aí.

Sugere-se para os pesquisadores que estudaram o sul de Minas Gerais e Pouso Alegre na perspectiva do meio natural e do meio técnico, de Santos e Silveira (2003), um aprofundamento sobre o evento técnico, político e econômico que demonstram a ruptura de um período para o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAIS DA 6ª JORNADA CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA (UNIFAL-MG), 6, 2021, Alfenas. **Contribuição de imigrantes internacionais à formação territorial do sul de Minas no final do século XIX**. Alfenas: Unifal, 2021. 8 p. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/jornadageografia/wp-content/uploads/sites/58/2021/12/03.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

ANDRADE, Alexandre Carvalho de. **Pouso Alegre (MG): expansão urbana e as dinâmicas socioespaciais em uma cidade média**. 2014. 299 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108632>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2021.

ANDRADE, Ana Eugênia Nunes de; VALE, Fernando Henrique do. **Mercado Municipal de Pouso Alegre: O cotidiano na cidade**. Campinas: Pontes Editores, 2013. 99 p.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Geografia, Cartografia e o Brasil africano: algumas representações. **Revista do Departamento de Geografia**, p. 332-350, 2014.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

CARVALHO, Marília de Fatima Dutra de Ávila. **Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais: expansão urbana nos séculos XVIII e XIX**. Tese (doutorado em arquitetura). Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-A5ANY2>. Acessado em: 12 de dez. de 2022

CASTRO, José Flávio Moraes. Georreferenciamento e cartometria dos mapas da capitania de Minas Gerais elaborados por José Joaquim da Rocha em 1778 e 1793. **Sociedade & Natureza**, v. 25, p. 581-593, 2013.

Cintra, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material [online]**. 2013, v. 21, n. 2 [Acessado 27 dezembro 2022], pp. 11-45. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47142013000200002>>. Epub 08 maio 2014. ISSN 1982-0267. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142013000200002>.

CORRÊA, Maristela Saponara. **Teatro Municipal de Pouso Alegre-MG e sua trajetória através do tempo**. Pouso Alegre: [s. n.], 2015. 117 p. DAMIANI, Amélia Luísa. **População e geografia**. Editora Contexto, 1991.

COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. Notas sobre a formação de uma rede urbana de um “tempo lento” no período da mineração no Brasil Colônia. **ACTA GEOGRÁFICA**, v. 3, n. 5, p. 07-21, 2009.

COSTA, Iraci Del Nero da. Análise da morbidade nas Gerais (Vila Rica, 1799-1801). **Revista de História**, v. 54, n. 107, p. 241-262, 1976.

DAMIANI, A. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

DAVI, Rafaela do Rosário; PORTO, Gil Carlos Silveira. Contribuição para a recomposição da geografia pretérita de Alfenas (MG): agentes, objetos e processos. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, Alfenas, v. 1, n. 33, p. 14-45, 29 jun. 2021. Disponível em: < <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/11854> >. Acesso em: 22 abr. 2022.

E-CULTURA. **Chega ao fim a batalha das nações**. Disponível em: <https://www.e-cultura.pt/efemeride/905>. Acesso em: 2 de jan. de 2022.

FERMINO, Leandro Henrique Cunha. **A contribuição de imigrantes internacionais na formação territorial de pouso alegre e itajubá (mg) nos séculos XIX e XX**. 2021. 19 p. Resultado final de iniciação científica - Curso de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

_____. **A contribuição de imigrantes internacionais na formação territorial de Poços de Caldas, Pouso Alegre e Itajubá (MG) no período entre 1960 e 2021**. 2022. 23 p. Resultado de iniciação científica - Curso de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Laurentino. **1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil.** 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 414 p.

_____. **1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e escosses louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar um Brasil que tinha tudo para dar errado.** Nova Fronteira, 2010.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Tratado de Tordesilhas.** Disponível em: https://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/index.html. Acesso em: 25 de nov. de 2022.

IBGE. Cidades e estado. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=Pouso+Alegre>. Acesso em: 2 de dez. de 2022.

IHG.MG. **SENADOR DO IMPÉRIO CÔNEGO JOSÉ BENTO LEITE FERREIRA DE MELO.** Disponível em: <tpsht://ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=7627>. Acesso em 5 de nov. de 2022.

JUNIOR, Caio Prado. **FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO.** 23°. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 390 p. ISBN 978-85-11-13016-4.

_____. **EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL.** 21°. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. 104 p. ISBN 978-85-11-14012-5.

LEAL, Letícia. **A CAPITANIA DE MINAS GERAIS NO PERÍODO COLONIAL: UM ESTUDO A PARTIR DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA.** 2020. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Alfenas, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/leand/Downloads/DissertaA%CC%83%C2%A7A%CC%83%C2%A3o%20LetA%CC%83_cia%20Leal%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/leand/Downloads/DissertaA%CC%83%C2%A7A%CC%83%C2%A3o%20LetA%CC%83_cia%20Leal%20(2).pdf). Acesso em: 17 abr. 2022.

MEMÓRIA, Minas Gerais Tribunal de Justiça et al. Histórico da Comarca do Rio das Mortes (MTJMG): nota histórica. **Em: Jurisprudência mineira, Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, v. 65, n. 208, jan./mar. 2014, p. 13-26,

Matos, Ralfo. (2011). A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial. *Revista Geografias*, 7(2), 40–55. <https://doi.org/10.35699/2237-549X.13319>. Acesso em: 25 de dez. de 2022.

MORAES, Antônio Carlos Robert. A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL: UM ESBOÇO. In: **Geografia histórica do Brasil: Capitalismo, território, periferia**. São Paulo: Annablume, 2011. cap. 7, p. 110-133. ISBN 978-85-391-0215-0.

PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. ENTRE ARRAIAIS, VILAS, CIDADES, COMARCAS E PROVÍNCIAS: TERMINOLOGIA DAS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO NO SUDESTE GOIANO NO SÉCULO XIX. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 10, n. 17, p. 153-167, 2016.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

PORTO, G. C. S. **Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX: permanências, complexidades e amadurecimento**. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <
https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IGCC9NBQ9P/1/tese_gil_carlos_silveria_porto.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 1977.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo. Livraria Nobel S.A, 1978.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

_____. **Por uma outra Globalização**. Editora Record, 2000.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O BRASIL Território e sociedade no início do século XXI**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: EDITORA RECORD, 2003. 473 p. ISBN 85-01-05939-0.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo, Edusp, 2008.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo, Edusp, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço.** São Paulo, Edusp, 2009.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **BRASIL: UMA BIOGRAFIA.** 2º. ed. São Paulo: SCHWARCZ S.A, 2018. 709 p. ISBN 978-85-359-2566-1.

SOUZA, George F. Agitação revolucionária em Pernambuco durante o processo de Independência (1817-1824). Movimentos influenciados por ideias libertárias fez com que região tomasse o poder e se separasse de Portugal, esquentando caminho para tornar o Brasil independente. **Ciência e Cultura**, v. 74, n. 1, p. 1-7, 2022.

IX SEMINARIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, 2019, Campinas. **FUNDAÇÃO DE FREGUESIAS E CONFLITOS ENTRE AS DIOCESES DE MARIANA E SÃO PAULO NA REGIÃO A OESTE DO RIO SAPUCAÍ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII [...].** [S. l.: s. n.], 2019. 13

p. Disponível em:

https://www.ixseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/8/1562024752_ARQUIV_O_CarolinaFarnetanideAlmeidaFUNDAACAODEFREGUESIASECONFLITOSENTREASDIOCESESEDEMARIANAESAOPAULONAREGIAOAOESTEDORIOSAPUCAINASEGUNDAMETADEDOSECULOXVIII.pdf. Acesso em: 9 nov. 2022.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: a categoria de ‘formação econômico-social’. **Revista de Geografia**, n. 02, p. 297-346, 2013.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado. Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 1, 2012.

UFSJ. **Acervos documentais da Comarca do Rio das Mortes.** Disponível em: <https://documenta.direito.ufmg.br/modules/brtchannel/index.php?pagenum=2>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

VALE, Fernando Henrique. **Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora:** o município de Pouso Alegre/MG na transição para o século XX. 2018. 308 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

_____. **Catedral de Pouso Alegre: Espaço de fé e sociabilidade.**
Pouso Alegre, Pontes Editores, 2019.